



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Continuação

DESTAQUES DO PERÍODO

- A Fomento Paraná liberou R\$ 287,7 milhões em crédito para apoiar empreendedores privados de micro, pequeno e médio porte...

de um veículo novo, limitado a R\$ 80 mil, para pessoas físicas titulares de autorização, permissão ou concessão do poder público para prestação de serviços de táxi...

apoiados pela Fomento Paraná. No âmbito do Setor Público, o Sistema de Financiamento aos Municípios, executado em parceria entre Fomento Paraná, Secretaria das Cidades e Paranaidade...

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil...

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O modelo de negócio da Fomento Paraná, aprovado pela Administração, resultou nas seguintes classificações para os Instrumentos Financeiros: 1. Operações de Crédito: classificadas ao custo amortizado...

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

b) Reconhecimento da provisão com base na perda esperada A Resolução CMN nº 4.966/2021 institui um novo conceito para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito...

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Parana Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certsign.com.br:443 e utilize o código 0C1A-4E9C-068B-8133.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Paraná S/A - Fomento Paraná, tendo examinado o Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e as Notas Explicativas, bem como o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., apresentado sem ressalvas, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, são da opinião de que os referidos documentos encontram-se em plenas condições

de serem submetidos, apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.
Curitiba, 20 de março de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do Conselho

Elisandro Pires Frigo
Conselheiro

Deyvitt Augusto Leal
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Agência de Fomento do Paraná S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações financeiras da Instituição relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 20 de março de 2024, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o "Relatório da Administração" e

não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;

■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

■ Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e

■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-9

Ismael Nicomédio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4 - S - PR

Fim

Reservas: (41) 3350-6620



**OS INVESTIDORES
ESTÃO DE OLHO
NOS SEUS GASTOS.
ATÉ MESMO O GASTO
COM ESTE ANUNCIO.**

- melhor custo/benefício
- busca/entrega do material
- produção da arte do material

**BEM
PARANÁ**





4UM
INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024



**4UM DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

CNPJ nº 76.621.457/0001-85
Rua Visconde do Rio Branco, nº 1.488, 4º andar - Curitiba - PR

→* continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos administradores e acionistas da
4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da 4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("DTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma

relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de março de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Rodrigo de Mattos Lia
Contador - CRC 1SP252418/O-3

www.paranabanco.com.br

GESTOR PÚBLICO

Garanta transparência e segurança jurídica para sua gestão.

LEIS FEDERAIS:

8.639/93 | 6.404/76 art. 1º | 6.404/76 art. 289

13.818/19 | 8.934/94 | 14.230/21

Prestar contas dos atos de governo em jornal é lei e prova de respeito ao cidadão. E é, também, uma forma simples de garantir mais tranquilidade em meio aos complicados aspectos legais da administração pública. Siga a lei da transparência, da segurança jurídica e da ética. Publique seus editais, chamamentos, prestações de contas e balanços nos jornais e revistas filiados ao SINDEJOR-PR.

TIRE SUAS DÚVIDAS | whatsapp 41 99153.2899 | fone 41 98404.4301 | contato@sindejor.com.br**SINDEJOR PR**SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS
DE JORNALIS E REVISTAS DO ESTADO DO PARANÁ

junto
HOLDINGHá mais de 30 anos
garantindo negócios
que movem o país.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO HOLDING BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 09.288.056/0001-68

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197 - 3º andar | Curitiba/PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submete-se à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Junto Holding Brasil S.A. ("Controladora") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Perfil

A Junto Holding Brasil S.A. é uma *joint venture* entre o Paraná Banco S.A., o qual possui 50,5% das ações ordinárias, e a Travelers Brazil Acquisition LLC, a qual possui 49,5% das ações ordinárias. A Controladora, que tem como objeto social a participação em sociedades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados, controla a Junto Seguros S.A. e a Junto Resseguros S.A., focadas nos ramos de seguro garantia e fiança locatícia.

Desempenho Financeiro

Em 2024, a jornada digital da Junto, por intermédio da inovação, agilidade e foco no cliente, auxiliou a Companhia a manter a qualidade no atendimento a parceiros e clientes, resultando num volume total de 259 mil apólices emitidas, com uma média de 21,6 mil emissões por mês, garantindo a liderança de mercado pelo quarto ano consecutivo, com um *market share* de 15,8% em prêmio direto no mercado de seguro garantia.

Em 2024, a receita com contratos de seguros e resseguros foi de R\$ 654,4 milhões (R\$ 610,8 milhões em 2023) e o patrimônio líquido ao final do exercício totalizou R\$ 665,9 milhões (R\$ 595,5 milhões em 2023). O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$ 108,1 milhões (R\$ 98,3 milhões em 2023), representando um ROAE de 17,1%. O sólido desempenho financeiro e posição patrimonial se refletem em nossos ratings, equivalentes a "brAAA" pela Standard & Poor's e a "A- Excelente" na escala internacional pela AMBest.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		12/2024	12/2023	12/2024	12/2023			12/2024	12/2023		
Circulante		83.847	87.562	830.720	735.689	Circulante		40.926	81.074	634.839	684.285
Caixa e equivalentes de caixa		110	104	5.667	2.940	Contas a pagar	13	40.725	81.074	60.060	109.976
Aplicações financeiras	6	42.795	49.994	431.732	343.356	Obrigações a pagar		37.797	78.337	45.799	93.058
Títulos e créditos a receber		39.588	36.823	21.021	27.070	Impostos e encargos sociais a recolher		1.290	1.249	4.126	4.886
Títulos e créditos a receber	8.a	33.827	31.399	1.294	876	Encargos trabalhistas		1.292	1.129	4.792	5.100
Créditos tributários e previdenciários	8.b	2.877	2.850	5.289	8.400	Impostos e contribuições		346	292	1.422	3.450
Outros créditos	8.c	2.884	2.574	14.438	17.794	Outras contas a pagar		-	67	3.921	3.482
Despesas antecipadas		1.354	641	2.826	3.105	Passivos de contratos de seguro e resseguro aceito	8	-	-	573.727	572.433
Ativos de contratos de resseguro mantido e retrocessão	10	-	-	369.474	359.218	Depósitos de terceiros		-	-	781	659
Ativo não circulante		636.984	598.117	1.014.455	1.045.408	Depósitos de terceiros	9	201	-	271	1.217
Aplicações financeiras	6	17.768	43.766	605.345	696.620	Passivos de arrendamento		14.012	9.099	544.443	501.306
Títulos e créditos a receber		-	-	81.440	77.167	Passivo não circulante		13	8.482	8.471	13.801
Depósitos judiciais	8.d	-	-	57.400	49.156	Contas a pagar		3.130	1.574	10.637	5.825
Créditos tributários e previdenciários	8.b	-	-	24.040	28.011	Obrigações a pagar		5.352	6.897	3.164	5.403
Despesas antecipadas		-	-	-	2	Passivos de contratos de seguro e resseguro aceito	8	-	-	524.915	488.246
Ativos de contratos de resseguro mantido e retrocessão	8	-	-	303.260	257.522	Outros débitos		5.530	628	5.727	1.832
Ativos de direito de uso	9	5.386	-	5.444	1.839	Provisões judiciais	14	38	628	235	1.015
Investimentos	10	608.384	549.240	12	14	Passivos de arrendamento	9	5.492	-	5.492	817
Participações societárias		608.372	549.226	-	-	Patrimônio líquido	15	665.893	595.506	665.893	595.506
Outros investimentos		12	14	12	14	Capital social		457.417	457.417	457.417	457.417
Imobilizado	11	1.984	387	3.592	2.473	Reservas de lucros		205.077	136.800	205.077	136.800
Intangível	12	3.462	4.724	15.362	9.771	Outros resultados abrangentes		3.399	1.289	3.399	1.289
Total		720.831	685.679	1.845.175	1.781.097	Total do passivo e patrimônio líquido		720.831	685.679	1.845.175	1.781.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		12/2024	12/2023	12/2024	12/2023
Receita com contratos de seguro e resseguro aceito		-	-	654.349	610.797
Despesas com contratos de seguro e resseguro aceito		-	-	(511.086)	(635.008)
Resultado com contratos de resseguro mantido e retrocessão		-	-	(13.740)	116.101
Resultado da prestação de serviços de seguro, resseguro e retrocessão	16.a	-	-	129.523	91.890
Receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivo		3.084	5.552	96.982	102.252
Resultado com outras aplicações financeiras		(4.235)	10.332	2.494	17.726
Outros resultados financeiros		154	65	2.249	2.876
Resultado financeiro	16.e	(997)	15.949	101.725	122.854
Resultado financeiro líquido das operações com seguro e resseguro aceito		-	-	(38.244)	(36.247)
Resultado financeiro líquido das operações com resseguro mantido e retrocessão		-	-	20.164	20.056
Resultado financeiro líquido	16.e	(997)	15.949	83.645	106.663
Outras receitas e despesas operacionais	16.b	31.891	25.984	1.473	669
Despesas administrativas	16.c	(33.306)	(28.990)	(44.367)	(45.689)
Despesas com tributos	16.d	(3.894)	(3.816)	(18.894)	(20.060)
Resultado patrimonial	10	113.083	92.725	-	-
Resultado operacional		106.777	101.852	151.380	133.473
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(240)	(89)	(543)	(122)
Resultado antes dos impostos		106.537	101.763	150.837	133.351
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	-	(867)	(41.979)	(41.029)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	1.536	(2.571)	(785)	6.003
Lucro líquido do exercício		108.073	98.325	108.073	98.325
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores				108.073	98.325
Quantidade de ações		417.143.153	417.143.153	417.143.153	417.143.153
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		259.08	235.71	259.08	235.71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		12/2024	12/2023	12/2024	12/2023
Lucro líquido do exercício		108.073	98.325	108.073	98.325
Outros resultados abrangentes					
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:					
Variação no valor de mercado dos ativos financeiros a VJORA	16.e	(29)	25	(2.448)	10.331
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro, resseguro e retrocessão	16.e	-	-	5.967	(5.708)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	17.e	9	(9)	(1.409)	(1.848)
Ajuste reflexo investimento		(1.451)	6.184	-	-
Ajuste reflexo do resultado financeiro líquido de contratos de seguro, resseguro e retrocessão		3.581	(3.425)	-	-
Resultado abrangente total do exercício		110.183	101.100	110.183	101.100
Resultado abrangente atribuído aos:					
Acionistas controladores				110.183	101.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

De acordo com o estatuto social da Controladora, 5% do lucro líquido do exercício é destinado à reserva legal, limitada a 20% do capital social. Os dividendos mínimos são de 25% sobre o lucro líquido após a destinação da reserva legal. O saldo remanescente é destinado à reserva de lucros, limitado ao total do capital social.

Em 28 de fevereiro de 2024, foram pagos R\$ 31,2 milhões como juros sobre o capital próprio, decorrentes do exercício de 2023. Adicionalmente, em 30 de abril de 2024 foram pagos R\$ 43,2 milhões de dividendos discricionários, decorrentes do exercício de 2023. Em 2024, foram destacados R\$ 39,8 milhões como juros sobre o capital próprio, em montante superior ao constante no estatuto social da Companhia e como parte integrante do dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas, decorrentes do resultado do exercício de 2024.

Combate à Fraude e Lavagem de Dinheiro

A Junto Holding Brasil S.A. e suas controladas possuem uma política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, aplicada no âmbito do grupo prudencial, amplamente disseminada e que contempla procedimentos e controles internos efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das operações, realizadas em conformidade com a legislação e as diretrizes regulamentares vigentes.

Tais procedimentos e controles internos contemplam a identificação, a avaliação, o tratamento e o monitoramento dos riscos envolvidos em situações relacionadas a fraude e lavagem de dinheiro, produtos comercializados, negociações privadas, operações de compra e venda de ativos e demais práticas operacionais.

Agradecimentos

Os executivos da Junto Holding Brasil S.A. agradecem aos seus acionistas, clientes, corretores e parceiros de negócios pela confiança e aos seus colaboradores pelo esforço, competência, lealdade e dedicação que possibilitaram os resultados alcançados nesse exercício.

Curitiba, 26 de março de 2025

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETOExercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2024	12/2023	12/2024	12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	108.073	98.325	108.073	98.325
Ajustes para:				
Depreciação e amortizações	1.506	1.426	4.773	3.392
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	(113.083)	(92.725)	-	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	867	41.979	41.029
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.536)	2.571	785	(6.003)
Juros e ajuste a valor justo de ativos financeiros	1.151	(15.884)	(99.515)	(119.977)
Outras provisões	75	(36)	119	74
	(3.814)	(5.456)	56.214	16.840
Variação nas contas patrimoniais:				
Ativos financeiros	-	-	(3.032)	(2.570)
Créditos fiscais e Previdenciários	(27)	(2.144)	7.082	(3.646)
Ativos de contratos de resseguro mantido e retrocessão	-	-	(66.894)	(36.234)
Despesas antecipadas	(713)	70	281	(995)
Outros ativos	5.840	28.249	2.940	27.381
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	(8.244)	(1.374)
Fornecedores e outras contas a pagar	(5.912)	(949)	(12.956)	5.269
Impostos e contribuições	319	(3.621)	(5.099)	7.044
Depósitos de terceiros	-	-	122	319
Passivo de contratos de seguro e resseguro aceito	-	-	54.830	78.984
Outros passivos	1.223	665	4.728	1.568
Caixa (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(3.084)	16.814	29.972	92.586
Impostos sobre lucro pagos	(224)	(2.431)	(44.101)	(45.111)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(3.308)	14.383	(14.129)	47.475
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(1.971)	-	(2.450)	(802)
Aquisição de intangível	-	-	(8.527)	(4.689)
Alienação de imobilizado	268	44	582	86
Aquisição de títulos a VJORA	(26.685)	(65.726)	(633.577)	(833.508)
Alienação e juros de títulos a VJORA	58.702	40.003	174.898	144.030
Aquisição de títulos a valor justo por meio do resultado	-	-	(169.622)	(148.018)
Alienação e juros de títulos a valor justo por meio do resultado	-	11.423	728.130	824.585
Dividendos recebidos das controladas	47.491	31.227	3.169	2.575
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	77.805	16.971	92.603	(15.741)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de passivos de arrendamento	-	(346)	(1.256)	(1.845)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(74.491)	(31.227)	(74.491)	(31.227)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(74.491)	(31.573)	(75.747)	(33.072)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6	(219)	2.727	(1.338)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	104	323	2.940	4.278
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	110	104	5.667	2.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Há mais de 30 anos
garantindo negócios
que movem o país.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO HOLDING BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 09.288.056/0001-68

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197 - 3º andar | Curitiba/PR

★ continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros			Outros resultados abrangentes (1.486)	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária	Outras reservas de lucros			
Saldos representados em 1º de janeiro de 2023	457.417	49.905	16.670	51.900	-	574.406	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	98.325	
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	2.775	2.775	
Destinações propostas pela Administração:							
Reserva legal	-	4.916	-	-	-	(4.916)	
Juros sobre o capital próprio (nota 15c)	-	-	-	-	-	(36.729)	
Distribuição de dividendos discricionários (nota 15.c)	-	-	-	-	-	(43.271)	
Outras reservas de lucros	-	-	-	13.409	-	(13.409)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	457.417	54.821	16.670	65.309	1.289	595.506	
Saldos em 1º de janeiro de 2024	457.417	54.821	16.670	65.309	1.289	595.506	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	108.073	
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	2.110	2.110	
Destinações propostas pela Administração:							
Reserva legal	-	5.404	-	-	-	(5.404)	
Juros sobre o capital próprio (nota 15.c)	-	-	-	-	-	(39.796)	
Outras reservas de lucros	-	-	-	62.873	-	(62.873)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	457.417	60.225	16.670	128.182	3.399	665.893	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Junto Holding Brasil S.A. (Controladora), foi constituída em 7 de maio de 2008, tendo como objeto social a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados. Uma joint venture entre o Paraná Banco S.A. com 50,5% das ações e a Travelers Brazil Acquisition LLC com 49,5% das ações, todas ordinárias e sem valor nominal.

O endereço registrado da sede da Controladora é Avenida Dr. Dário Lopes dos Santos, nº 2.197, 3º andar, Cj. 302, Bairro Jardim Botânico, Curitiba, PR, CEP 80010-210. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Controladora e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo").

Entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Controladora possuía 100% de participação acionária nas empresas Junto Seguros S.A. e Junto Resseguros S.A.

A Junto Seguros S.A. tem por objeto social, as operações de seguros e cosseguros de danos, operando com foco no ramo de garantia de obrigações contratuais, judicial e fiança locatícia.

A Junto Resseguros S.A. tem por objeto social efetuar operações de resseguros e retrocessão no segmento de ramo de danos, operando principalmente no ramo de garantia de obrigações contratuais, judicial e fiança locatícia.

Integram ainda estas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos oriundos do fundo de investimento exclusivo - Junto Participações Fundo de Investimento em Ações, do qual a Controladora é a única cotista e, portanto detém, substancialmente, riscos e benefícios, e a Junto Controle de Riscos Ltda., empresa que possui como objeto social a prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial, e cujo capital é dividido entre a Junto Seguros S.A. (99,99%) e a Junto Resseguros S.A. (0,01%).

2 BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas, as quais abrangem as demonstrações financeiras da Controladora e suas controladas, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas nas notas explicativas nº 3.

A Administração considera que o Grupo possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as Demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 26 de março de 2025 as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais tiveram autorização para sua divulgação a partir desta data.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Classificação dos ativos financeiros: avaliação do modelo de negócios dentro do qual os ativos são mantidos e se as condições contratuais dos ativos são somente pagamentos do principal e juros (nota explicativa 4.e);
- Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: estabelecimento dos critérios para determinar se o risco de crédito sobre o ativo financeiro aumentou de maneira significativa desde o reconhecimento inicial, determinando a metodologia para a incorporação de informações prospectivas sobre a mensuração das perdas de crédito esperadas e a seleção e aprovação de modelos utilizados para a mensuração de perdas de crédito esperadas (nota explicativa 4.e);
- Nível de agregação de contratos de seguro e resseguro: identificação de carteiras de contratos e determinação de grupos de contratos onerosos no reconhecimento inicial e aqueles que não têm nenhuma possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente (nota explicativa 7);
- Mensuração de contratos de seguro e resseguro: Premissas utilizadas na mensuração dos contratos de seguro e resseguro, determinação das técnicas de estimativa dos ajustes de risco para os riscos não financeiros e das unidades de cobertura fornecidas de acordo com um contrato (nota explicativa 7);
- Provisões judiciais (nota explicativa 13).

Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual o Grupo opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados pela casa decimal mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, os quais são mensurados pelo valor justo.

3 RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a. Base de consolidação

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Segregação entre circulante e não circulante

O Grupo efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujas expectativas de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

Ativos e/ou passivos de impostos de renda e contribuição social diferidos são classificados no não circulante e compensados quando atendido os critérios definidos pelo CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

c. Contratos de seguros e resseguros

Contratos de acordo com os quais o Grupo aceita risco significativo de seguro são classificados como contratos de seguro. Os contratos mantidos pelo Grupo de acordo com os quais o Grupo transfere um risco de seguro significativo, relacionado aos contratos de seguro subjacentes, são classificados como contratos de resseguro.

Todos os contratos de seguro e resseguro são classificados como contratos sem características de participação direta.

O Grupo verificou se seus contratos de seguro e resseguro poderiam conter um ou mais componentes que estariam dentro do alcance de outro pronunciamento se fossem contratos separados. Não identificou-se nenhum componente em seus contratos de seguros que deveriam ser contabilizados separados.

(i) Agregação e reconhecimento de contratos de seguro, resseguro e retrocessão

Contratos de seguro e resseguro aceito

Os contratos de seguros e resseguro aceito são agregados em grupos para fins de mensuração. O agrupamento compreende contratos sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto, dividindo cada grupo em safras anuais (por ano de emissão) e cada uma dessas safras é ainda subdivididas em três grupos de acordo com a rentabilidade desse agrupamento:

- Grupos de contratos onerosos no reconhecimento inicial;
- Grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de tornarem-se onerosos posteriormente; e
- Demaís contratos remanescentes de cortes anuais.

Para determinação desse agrupamento, o Grupo realiza uma análise de índice combinado de cada grupo de contratos e compara-se o resultado obtido com os parâmetros determinado internamente para definição de nível de lucratividade. Nessa análise, não foram identificados grupos onerosos no reconhecimento inicial, ou grupos com possibilidade significativa de tornarem-se onerosos.

Um contrato de seguro emitido ou resseguro aceito pelo Grupo é reconhecido ao ocorrer o primeiro dos seguintes fatos:

- O início do período de cobertura do grupo de contrato;
- A data de vencimento do primeiro pagamento; ou
- Quando fatos e circunstâncias indicarem que o grupo de contratos é oneroso

Contratos de resseguros mantido e retrocessão

Os grupos de contratos de resseguros e retrocessão são avaliados da mesma forma que os grupos de contratos de seguros e resseguros aceito, exceto quando as referências a contratos onerosos que referem-se a contratos em que se espera um ganho líquido na compra de resseguro ou retrocessão.

Um grupo de contratos de resseguro mantido e retrocessão, é reconhecido da seguinte forma:

- Contratos que oferecem cobertura proporcional: a data em que qualquer contrato de seguro subjacente é reconhecido inicialmente;
- Outros contratos que o início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro e retrocessão, ou na data em que a entidade reconheça um grupo oneroso de contratos de seguro subjacente, caso o Grupo tenha celebrado o respectivo contrato de resseguro e retrocessão mantido nessa data ou antes dela.

Não obstante, o Grupo adia o reconhecimento de um grupo de contratos de resseguro mantidos que considerem uma cobertura proporcional até à data em que qualquer contrato de seguro subjacente seja inicialmente reconhecido, se essa data for posterior ao início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro aceito, resseguro mantido e de retrocessão.

(ii) Fluxo de caixa para aquisição de seguros

Os fluxos de caixa para aquisição de seguros são alocados a grupos de contratos de seguro por meio de método sistemático e racional, e eles consideram, de forma imparcial, todas as informações razoáveis e passíveis de suporte que estejam disponíveis sem custo ou esforço indevido.

Em cada data de balanço, o Grupo revisa os valores alocados aos grupos para refletir quaisquer mudanças nas premissas que determinam os inputs do método de alocação utilizado.

(iii) Limites contratuais

A mensuração de um grupo de contratos inclui todos os fluxos de caixa futuros dentro dos limites contratuais de cada contrato no grupo, determinada conforme abaixo.

Contratos de seguros e resseguro aceito

Os fluxos de caixa estão dentro dos limites contratuais se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório em que o Grupo pode obrigar o detentor da apólice a pagar prêmios ou tem uma obrigação substantiva de prestar serviços (incluindo cobertura de seguro). Uma obrigação substantiva de prestar serviços termina quando:

- O Grupo tem a capacidade prática de reavaliar os riscos do segurado em particular e pode estabelecer um preço ou um nível de benefícios que reflita integralmente os riscos reavaliados.
- O Grupo tem a capacidade prática de reavaliar os riscos da carteira que contém o contrato e pode estabelecer um preço ou nível de benefícios que reflita integralmente os riscos dessa carteira. A precificação dos prêmios até a data de reavaliação não leva em consideração riscos que referem-se a períodos após a data de reavaliação.

Contratos de resseguro mantido e retrocessão

Os fluxos de caixa estão dentro dos limites contratuais se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período do balanço em que o Grupo é obrigado a pagar valores ao ressegurador ou tem o direito substantivo de receber serviços do ressegurador. Um direito substantivo de recebimento de serviços do ressegurador termina quando o ressegurador:

- Tem a capacidade prática de reavaliar os riscos transferidos a ele e pode estabelecer um preço ou nível de benefícios que reflita integralmente os riscos reavaliados.
 - Tem direito substantivo de encerrar a cobertura.
- O limite do contrato é reavaliado em cada data do balanço para incluir o efeito de mudanças nas circunstâncias sobre os direitos e as obrigações substantivos do Grupo e, portanto, pode mudar ao longo do tempo.

(iv) Mensuração

Contratos de seguros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um grupo de contratos de seguro como o total (a) dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, que compreendem estimativas dos fluxos de caixa futuros, ajustadas para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros associados, o ajuste ao risco para o risco não financeiro; e (b) a margem contratual de serviço ("CSM" - contractual service margin, do inglês).

O ajuste de risco para um grupo de contratos de seguro, determinado separadamente das outras estimativas, é a compensação necessária para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro.

A CSM de um grupo de contratos de seguro representa o lucro não realizado que o Grupo reconhecerá conforme ele preste serviços de acordo com esses contratos. No reconhecimento inicial de um grupo de contratos de seguro, a CSM é mensurada como o valor igual e oposto à entrada líquida (fluxos de caixas futuros descontados), o que não resulta em receitas ou despesas no reconhecimento inicial.

Se o total dos fluxos de caixas futuros descontados for uma saída líquida, o grupo é oneroso. Nesse caso, a saída líquida é reconhecida como uma perda no resultado. Um componente de perda é criado para descrever o valor da saída líquida de caixa, que determina os valores que serão posteriormente apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e serão excluídos da receita de seguros.

Contratos de seguros - mensuração subsequente

O valor contábil de um grupo de contratos de seguro em cada data-base é a soma da responsabilidade pela cobertura remanescente e pelos sinistros incorridos. O passivo para a cobertura remanescente inclui (a) os fluxos de caixa do cumprimento contratual que correspondem aos serviços que serão prestados nos termos dos contratos em períodos futuros e (b) qualquer CSM remanescente nessa data.

O passivo por sinistros ocorridos inclui a realização de fluxos de caixa para sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros incorridos, mas ainda não avisados.

Os fluxos de caixa do cumprimento contratual dos grupos de contratos de seguro são mensurados na data do balanço utilizando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais do ajuste ao risco para o risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual são reconhecidas como segue:

Eventos	Reconhecimento contábil
Alterações relacionadas aos serviços futuros	Ajustadas em relação à CSM (ou reconhecidas na prestação de serviços de seguros com impacto no resultado caso o grupo seja oneroso).
Alterações relacionadas aos serviços atuais ou passados	Reconhecidas na prestação de serviços de seguro com impacto no resultado.
Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e mudanças nesses outros fluxos de caixa futuros estimados	Reconhecidas como receitas ou despesas de financiamentos de seguros no resultado ou via outros resultados abrangentes (i).

(i) O Grupo adotou a política contábil permitida pela norma, de segregar os efeitos do valor do dinheiro no tempo, entre resultado (atualização pela taxa de desconto inicial) e outros resultados abrangentes (efeitos da mudança da taxa de desconto).

O valor contábil da CSM em cada data-base é o valor contábil no início do exercício, ajustado por:

- CSM de quaisquer novos contratos que sejam adicionados ao grupo no exercício.
- Juros acumulados sobre o valor contábil da CSM durante o exercício.
- Mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual que se relacionam a serviços futuros, exceto na medida em que:
- Quaisquer aumentos nos fluxos de caixa do cumprimento contratual excedem o valor contábil da CSM, caso em que o excesso é reconhecido como uma perda no resultado, criando um componente de perda.
- Quaisquer diminuições nos fluxos de caixa do cumprimento contratual sejam alocadas ao componente de perda, revertendo perdas anteriormente reconhecidas no resultado.
- O valor reconhecido como receita de seguro em função dos serviços prestados no exercício (liberação da CSM).



Há mais de 30 anos
garantindo negócios
que movem o país.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO HOLDING BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 09.288.056/0001-68

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197 - 3º andar | Curitiba/PR

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais)

Contratos de resseguros mantido e retrocessão

Para mensurar um grupo de contratos de resseguro aceito, resseguro cedido e retrocessão, o Grupo aplica as mesmas políticas contábeis que são aplicadas aos contratos de seguro, com algumas modificações conforme explorado a seguir.

O valor contábil de um grupo de contratos de resseguro e retrocessão em cada data de balanço é a soma do ativo para cobertura remanescente e o ativo para sinistros incorridos. O ativo para cobertura remanescente inclui (a) os fluxos de caixa do cumprimento contratual que correspondem aos serviços que serão recebidos nos termos dos contratos em períodos futuros e (b) qualquer CSM remanescente nessa data.

O Grupo mensura as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros utilizando premissas consistentes com aquelas utilizadas para mensurar as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros para os contratos de seguro subjacentes, incluindo um ajuste para qualquer risco de não desempenho por parte da resseguradora. O efeito do risco de não desempenho da resseguradora é avaliado a cada data-base e o efeito das variações no risco de não desempenho é reconhecido no resultado. O ajuste de risco para o risco não financeiro é o valor da variabilidade do fluxo de caixa de seguros relacionado ao risco que é cedido pelo Grupo para as resseguradoras e retrocessionárias.

A CSM de um grupo de contratos de resseguro e retrocessão representa um custo líquido ou ganho líquido na compra de resseguro e retrocessão. Ela é mensurada como o valor igual e oposto à saída líquida (fluxos de caixas futuros descontados), o que não resulta em receitas ou despesas resultantes do reconhecimento inicial.

(v) Desreconhecimento e modificação de contrato

O Grupo desreconhece um contrato quando ele é extinto - isto é, quando as obrigações especificadas no contrato expiram ou são retiradas ou canceladas.

O Grupo também desreconhece um contrato se suas condições forem modificadas de uma forma que teria mudado a contabilização do contrato significativamente se as novas condições tivessem sempre existido, então um novo contrato baseado nos termos modificados é reconhecido. Se uma modificação de contrato não resultar em desreconhecimento, o Grupo tratará as mudanças nos fluxos de caixa, causadas pela modificação, como mudança nas estimativas dos fluxos de caixa de cumprimento.

(vi) Apresentação

Os grupos de contratos de seguro e grupos de contratos de resseguro e retrocessão, são apresentadas separadamente no balanço patrimonial.

O Grupo desagrega valores reconhecidos na demonstração do resultado e nos ORA em (a) resultado de um serviço de seguro, compreendendo as receitas de seguros e as despesas de serviços de seguro; e (b) receitas ou despesas financeiras de seguros. As receitas e despesas das operações de resseguros são apresentadas separadamente das receitas e despesas dos contratos de seguro. As receitas e despesas dos contratos de resseguros, que não sejam receitas ou despesas financeiras de seguro, são apresentadas em uma base líquida como "despesas líquidas dos contratos de resseguro" no resultado do serviço de seguro.

O Grupo optou por desagregar variações no ajuste de risco para risco não financeiro entre o resultado do serviço de seguro e as receitas ou despesas financeiras de seguros. Com isso, as mudanças decorrentes de alterações de taxas serão divulgados no resultado financeiro, enquanto mudanças de margem e premissas serão divulgadas em resultado do serviço de seguro.

As despesas com receita de seguro e serviços de seguro são reconhecidas conforme descrito a seguir.

Receita de seguros

O Grupo reconhece a receita de seguros à medida que presta serviços sob grupos de contratos de seguro. A receita de seguros relativa à prestação de serviços para cada exercício representa o total das variações no passivo da cobertura remanescente que referem-se a serviços para os quais o Grupo espera receber contraprestação, e compreende os seguintes itens:

- Uma liberação da CSM, mensurada com base nas unidades de cobertura fornecidas.
 - Variações no ajuste de risco para o risco não financeiro relacionado aos serviços atuais.
 - As despesas com sinistros e outras despesas com a prestação de serviços de seguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos valores esperados para cada período. Isso inclui valores dos fluxos de caixa para a aquisição de seguros de um grupo de contratos, os quais são reconhecidos como parte da receita de serviços de seguro naquela data.
 - Outros valores, incluindo ajustes por experiência de recebimentos de prêmio para serviços atuais ou passados e valores relacionados a despesas tributárias incorridas.
- Além disso, o Grupo aloca uma parcela de prêmios que refere-se à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na passagem do tempo. O Grupo reconhece o valor alocado, ajustado por atualização de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do respectivo grupo de contratos, como receita de seguro e um valor igual às despesas com serviços de seguro.

Liberação da CSM

O valor da CSM de um grupo de contratos de seguro, que é reconhecido como receita de seguro em cada exercício, é determinado pela identificação das unidades de cobertura do grupo, alocando a CSM remanescente no final do exercício (antes de qualquer alocação) igualmente a cada unidade de cobertura fornecida no ano e que deverá ser fornecida em exercícios futuros, e o reconhecimento no resultado do período o valor da CSM alocado às unidades de cobertura fornecidas no exercício. A quantidade de unidades de cobertura representa a quantidade de serviços prestados pelos contratos do grupo, apurado considerando para cada contrato a quantidade de benefícios prestados e o período de cobertura previsto. As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de balanço.

A determinação das unidades de cobertura é baseada no cálculo da exposição remanescente, a cada data-base de mensuração, estimada considerando os níveis de cobertura de tipo de contrato, base de censão e limite do contrato, sendo ponderada pela representatividade da importância segurada.

Componentes de perda

O Grupo estabelece um componente de perda do passivo de cobertura remanescente para grupos onerosos de contratos de seguro. O componente de perda determina os valores dos fluxos de caixa do cumprimento contratual que são posteriormente apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e são excluídos da receita do seguro quando ocorrem. Quando os fluxos de caixa do cumprimento contratual são incorridos, eles são alocados entre o componente de perda e o passivo por cobertura remanescente excluindo sistematicamente o componente de perda.

A base sistemática é determinada pela proporção do componente de perda relativamente à estimativa total do valor presente das saídas futuras de caixa mais o ajuste ao risco para os riscos não financeiros no início de cada exercício (ou no reconhecimento inicial caso um grupo de contratos seja reconhecido inicialmente no ano).

Caso o componente de perda seja reduzido a zero, então qualquer excesso sobre o valor alocado ao componente de perda cria uma nova CSM para o grupo de contratos.

Despesa com prestação de serviços de seguro

Despesas de prestação de serviços de seguro resultantes de contratos de seguro são reconhecidas no resultado de forma geral à medida que são incorridas e compreendem os seguintes itens:

- Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro
- Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros: isso é igual ao valor da receita de seguros reconhecida no exercício que se refere à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de seguros.
- Perdas em contratos onerosos e reversões desses prejuízos.
- Ajustes dos passivos para sinistros incorridos que não surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças.

Despesa líquidas com contratos de resseguro

As despesas líquidas com contratos de resseguro compreendem alocação de prêmios de resseguros pagos deduzidos dos valores recuperados junto às resseguradoras. O Grupo reconhece uma alocação de prêmios de resseguro no resultado à medida que incorre serviços sob grupos de contratos de resseguro. A alocação de prêmios de resseguro referentes aos serviços recebidos para cada período representa o total das variações do ativo para a cobertura remanescente que referem-se a serviços para os quais o Grupo espera pagar a contraprestação.

Para um grupo de contratos de resseguro que cobre contratos subjacentes onerosos, o Grupo estabelece um componente de recuperação de perdas do ativo para a cobertura remanescente para descrever a recuperação de perdas reconhecidas:

- No reconhecimento de contratos subjacentes onerosos, caso o contrato de resseguro que cobre esses contratos seja celebrado antes ou ao mesmo tempo em que esses contratos são reconhecidos.
 - Para mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual do grupo de contratos de resseguro relacionados a serviços futuros que resultam da alteração dos fluxos de caixa do cumprimento contratual dos contratos onerosos subjacentes.
- O componente de recuperação de sinistros determina os valores que são posteriormente apresentados no resultado como reversões das recuperações de sinistros dos contratos de resseguro e são excluídos da destinação dos prêmios de resseguro pagos. Ele é ajustado para refletir mudanças no componente de perda do grupo oneroso de contratos subjacentes, mas não pode exceder a parcela do componente de perda do grupo oneroso de contratos subjacentes que o Grupo espera recuperar dos contratos de resseguro.

(vii) Transição

Na data de transição para o CPC50, as seguintes abordagens foram adotadas para identificar e mensurar determinados grupos de contratos.

Entidade	Grupos de contratos	Abordagem
Junto Seguros	Garantia - safra até 2015	Abordagem de Valor Justo
	Garantia, Fiança, Resseguro Garantia, Resseguro Fiança - safras a partir de 2016	Abordagem retrospectiva completa
Junto Resseguros	Resseguro Garantia e Retrocessão Garantia - safras até 2015	Abordagem de Valor Justo
	Resseguro Garantia, Resseguro Fiança, Resseguro Fronting, Resseguro Latam, Retrocessão Garantia, Retrocessão Fiança, Retrocessão Fronting, Retrocessão Latam - safras a partir de 2016	Abordagem retrospectiva completa

(a) Contratos de seguro, resseguro e retrocessão - abordagem de valor justo

De acordo com a abordagem de valor justo, em 1º de janeiro de 2023 foi determinado como a diferença entre o valor justo de um grupo de contratos nessa data e os fluxos de caixa de cumprimento nessa data. Para todos os contratos mensurados pela abordagem do valor justo, o grupo usou informações razoáveis e suportáveis disponíveis em 1º de janeiro de 2023 para determinar: como identificar grupos de contratos; se um contrato atende à definição de contrato de participação direta; e como identificar fluxos de caixa discricionários para contratos sem recursos de participação direta.

Os grupos de contratos mensurados pela abordagem de valor justo contém contratos emitidos com mais de um ano de diferença. Para esses grupos, a taxa de desconto no reconhecimento inicial foram determinadas em 31 de dezembro de 2015.

Na mensuração do valor justo, o Grupo:

- Considera os fluxos de caixa incluídos na mensuração dos fluxos de caixa da expectativa de realização, mas os ajusta para refletir a perspectiva dos participantes do mercado;
- Utiliza as taxas de desconto aplicadas na mensuração dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, mas aumenta as taxas para refletir o efeito do risco de não desempenho do Grupo; e
- Inclui uma margem abrangendo um prêmio de risco para refletir o que os participantes do mercado demandariam como compensação pela incerteza inerente aos fluxos de caixa, e uma margem de lucro para refletir quais participantes do mercado requereriam assumir as obrigações de atender aos contratos de seguro. Ao determinar o prêmio de risco, o Grupo permite certos riscos que não foram refletidos nos fluxos de caixa do cumprimento contratual da entidade, mas que seriam considerados pelos participantes do mercado.

(b) Contratos de seguro, resseguro e retrocessão - abordagem retrospectiva completa

O Grupo identificou, reconheceu e mensurou cada grupo de contratos de seguro, resseguro e retrocessão como se o CPC 50 tivesse sido sempre aplicado. Desreconheceu saldos reportados anteriormente que não teriam existido se o CPC 50 tivesse sempre aplicado. Os efeitos dos grupos de contratos de seguros, resseguros e retrocessão contabilizados na data de transição está detalhado na nota 3.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem recursos financeiros com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, possuindo reversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

e. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros - Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados na primeira data de balanço posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, ou seja:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
 - Seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros (SPPI).
- Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros - mensuração subseqüente

O Grupo elege apresentar variações no valor justo de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação em ORA. A escolha é feita instrumento por instrumento no reconhecimento inicial, e é irrevogável.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são mensurados ao VJR, e portanto, a variação do valor justo de tais instrumentos é reconhecida no resultado do exercício.

A tabela a seguir demonstra como os ganhos e perdas de cada tipo de ativo financeiro são reconhecidos:

Ativo financeiro a VJR	Mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos e ganhos e perdas cambiais, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros a VJORA	Mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado quando o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido, a não ser que representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Os ganhos e perdas acumulados reconhecidos em ORA são transferidos para lucros acumulados na alienação de um investimento.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e redução ao valor recuperável (impairment) são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Passivos financeiros - classificação e mensuração subseqüente

Todos os passivos financeiros detidos pelo Grupo são classificados ao custo amortizado. Tais passivos são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) Ativos financeiros - Redução ao valor recuperável

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
 - Investimentos de dívida mensurados ao VJORA
- O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto nos seguintes casos, para os quais o valor reconhecido é uma perda de crédito esperada para 12 meses:
- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.
 - Outros instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.
- Os instrumentos financeiros, para os quais as perdas de crédito esperadas de 12 meses são reconhecidas, são referidos como "Instrumentos financeiros - estágio 1". A perda de crédito esperada para 12 meses é a parcela de perdas de crédito que resulta de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro, possíveis de ocorrer dentro de 12 meses após a data-base.
- Os instrumentos financeiros, para os quais as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são reconhecidas por causa de um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas que não têm problemas de recuperação, são tratados como "instrumentos financeiros - estágio 2". As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas de crédito esperadas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- Os instrumentos financeiros, para os quais as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são reconhecidas e têm problemas de recuperação, são referidos como "Instrumentos financeiros - estágio 3".

Em todos os casos, o período máximo considerado na estimativa de perda de crédito é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os investimentos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro tem problemas de recuperação quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

A evidência de que um ativo financeiro já tem problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- As dificuldades financeiras significativas do devedor.
 - A quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou evento vencido.
 - A reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam de outra forma consideradas.
 - O devedor entrar em falência ou outra reorganização financeira se tornar provável.
 - O desaparelhamento de um mercado ativo para o título em razão de dificuldades financeiras.
- Um ativo financeiro que foi renegociado em razão da deterioração da condição do tomador geralmente é considerado como problemas de recuperação, a menos que existam evidências de que o risco de não receber fluxos de caixa contratuais tenha reduzido significativamente, e não existam outros indicadores de perda por redução ao valor recuperável.

Apresentação de provisões para perdas no balanço patrimonial

As provisões para perdas esperadas de crédito são apresentadas como segue:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: a provisão para perdas é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA: a provisão para perdas não reduz o valor contábil dos ativos financeiros (que são mensurados ao valor justo), mas dá origem a um ganho igual e oposto no resultado abrangente.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em seu todo ou em parte. Isso geralmente é o caso quando o Grupo determina que o devedor não tem os ativos ou as fontes de receita que poderia gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos à baixa. Essa avaliação é realizada no nível individual do ativo.

Embora o Grupo não espere nenhuma recuperação significativa dos valores baixados, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a atividades impositivas para cumprir os procedimentos do Grupo, visando à recuperação dos valores devidos.

(v) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram, ou quando transferem os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não retém o controle do ativo financeiro.

No desreconhecimento de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil na data do desreconhecimento e a contraprestação recebida (incluindo qualquer novo ativo obtido, menos qualquer novo passivo assumido) é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulada sobre investimentos patrimoniais designados a VJORA não é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros

O Grupo geralmente desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

f. Apuração do valor justo

O Grupo mensura os valores justos utilizando a seguinte hierarquia de valor justo, a qual reflete a relevância dos inputs utilizados na mensuração.

- Nível 1 - Cotação de preço de mercado em mercados ativos para instrumentos idênticos;
 - Nível 2 - Inputs, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). Essa categoria inclui instrumentos avaliados usando preços de mercado cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes, preços cotados para instrumentos idênticos ou semelhantes em mercados considerados menos que ativos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os inputs significativos sejam direta ou indiretamente observáveis de dados de mercado;
 - Nível 3 - Títulos que não possuem seu valor justo determinado com base em um mercado observável (modelos de precificação interna no Grupo).
- Os valores contábeis dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo e o seu respectivo nível de hierarquia estão demonstrados na tabela abaixo. O Grupo não possui passivos mensurados a valor justo.

31 de dezembro de 2024	Nível 1	Total
	Valor justo por meio do resultado	
Quotas de fundos de investimentos renda variável *	42.748	42.748
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
LFT	17.815	17.815
Total	60.563	60.563



Há mais de 30 anos
garantindo negócios
que movem o país.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO HOLDING BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 09.288.056/0001-68

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197 - 3º andar | Curitiba/PR

← continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais)

Consolidado	31 de dezembro de 2024						
	Sem vencimento definido	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Valor justo	Custo a valor atualizado
Valor justo por meio do resultado							
Quotas de fundos de investimentos renda fixa	63.653	-	-	-	63.653	63.653	63.653
NTN - operação compromissada	-	1.042	-	-	1.042	1.042	1.042
Ações de companhias abertas	29.621	-	-	-	29.621	29.621	29.621
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
LFT	-	4.651	190.733	578.426	773.810	773.810	773.489
LTN	-	85.709	-	-	85.709	85.709	85.716
NTN-F	-	-	2	15.274	15.276	15.276	16.590
NTN-B	-	-	-	11.645	11.645	11.645	12.227
DPGE	-	22.364	33.220	-	55.584	55.584	55.200
CDB DI	-	-	118	-	118	118	118
Ações de companhias abertas	619	-	-	-	619	619	619
Total	93.893	113.766	224.073	605.345	1.037.077	1.037.077	1.038.355

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações possuíam os seguintes prazos de vencimento:

Controladora	31 de dezembro de 2023						
	Sem vencimento definido	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Valor justo	Custo a valor atualizado
Valor justo por meio do resultado							
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	46.983	-	-	-	46.983	46.983	46.983
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Renda Fixa - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	3.011	43.766	46.777	46.777	46.737
Total	46.983	25	3.011	43.766	93.760	93.760	93.720

Consolidado	31 de dezembro de 2023						
	Sem vencimento definido	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Valor justo	Custo a valor atualizado
Valor justo por meio do resultado							
Quotas de fundos de investimentos renda fixa	66.072	-	-	-	66.072	66.072	66.072
NTN - operação compromissada	-	1.516	-	-	1.516	1.516	1.516
Ações de companhias abertas	29.945	-	-	-	29.945	29.945	29.945
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
LFT	-	2.654	155.310	552.393	710.357	710.357	709.970
LTN	-	68.508	-	78.024	146.532	146.532	146.178
NTN-F	-	-	-	16.820	16.820	16.820	16.506
DPGE	-	-	-	49.383	49.383	49.383	49.270
CDB DI	-	-	792	-	792	792	792
Letras Financeiras	-	17.900	-	-	17.900	17.900	17.898
Ações de companhias abertas	659	-	-	-	659	659	659
Total	96.676	90.578	156.102	696.620	1.039.976	1.039.976	1.038.806

A Administração avalia todos os títulos em bases mensais para determinar se a qualidade de crédito de qualquer um dos títulos se deteriorou de modo a impedir a realização do valor total no vencimento. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificadas quaisquer perdas potenciais mercedoras de registro de perda no valor recuperável.

(iii) **Movimentação das aplicações financeiras**

Controladora	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
Ativos a VJR						
Fundos de investimentos renda variável	46.983	-	-	(4.235)	-	42.748
Ativos a VJORA						
LFT	46.777	26.685	(58.702)	3.084	(29)	17.815
Total	93.760	26.685	(58.702)	(1.151)	(29)	60.563

Controladora (a)	31 de dezembro de 2023					
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
Ativos a VJR						
Fundos de investimentos renda variável	48.074	-	(11.423)	10.332	-	46.983
Ativos a VJORA						
LFT	15.477	65.726	(40.003)	5.552	25	46.777
Total	63.551	65.726	(51.426)	15.884	25	93.760

Controladora (a)	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
Ativos a VJR						
Fundos de investimentos renda fixa	66.072	140.048	(148.658)	6.191	-	63.653
Ações de companhias abertas	29.945	29.574	(26.240)	(3.658)	-	29.621
Ativos a VJORA						
LFT	710.358	621.592	(638.566)	80.494	(68)	773.810
LTN	146.532	-	(68.538)	8.075	(360)	85.709
NTN-F	16.820	-	(1.557)	1.640	(1.627)	15.276
NTN-B	-	11.985	(353)	595	(582)	11.645
DPGE	49.383	-	-	6.010	191	55.584
Letras Financeiras	17.900	-	(18.015)	117	(2)	17.900
CDB DI	791	377	(1.101)	51	-	118
Ações de companhias abertas	659	-	-	(40)	-	619
Total	1.038.460	803.576	(903.028)	99.475	(2.448)	1.038.035

Controladora (a)	31 de dezembro de 2023					
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
Ativos a VJR						
Fundos de investimentos renda fixa	45.766	128.633	(114.940)	6.613	-	66.072
Ações de companhias abertas	28.540	19.385	(29.093)	11.113	-	29.945
Ativos a VJORA						
LFT	587.519	771.739	(729.013)	80.096	16	710.358
LTN	193.445	-	(69.702)	13.831	8.958	146.532
NTN-F	15.523	-	(1.557)	1.612	1.242	16.820
DPGE	24.072	45.000	(24.208)	4.406	113	49.383
Letras Financeiras	-	15.912	-	1.986	2	17.900
CDB DI	-	857	(103)	38	-	791
Ações de companhias abertas	376	-	-	283	-	659
Total	895.241	981.526	(968.616)	119.978	10.331	1.038.460

(a) A nota de movimentação do consolidado, não considera o montante de R\$ 1.042 (R\$ 1.516 em 31 de dezembro de 2023), referente a operações compromissadas.

7 CONTRATOS DE SEGUROS, RESSEGUROS E RETROCESSÃO (CONSOLIDADO)

a. Detalhamento da composição e movimentação dos ativos e passivos	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Passivo para cobertura remanescente	Passivo para sinistros incorridos	Total	Passivo para cobertura remanescente	Passivo para sinistros incorridos	Total
	Excluindo componente de perda			Excluindo componente de perda		
Garantia - seguro direto	650.917	391.331	1.042.248	615.309	397.037	1.012.346
Fiança - seguro direto	13.529	1.351	14.880	7.236	2.261	9.497
Fronting - resseguro aceito	(55)	40.593	40.538	6.642	32.194	38.836
Latam - resseguro aceito	977	-	977	-	-	-
Passivos de contratos de seguro e resseguro	665.368	433.275	1.098.643	629.187	431.492	1.060.679

Ativo para cobertura remanescente	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Ativo para sinistros incorridos	Total	Ativo para cobertura remanescente	Ativo para sinistros incorridos	Total	
Excluindo componente de perda				Excluindo componente de perda		
Garantia - retrocessão	358.759	270.886	629.645	305.022	272.938	577.960
Fiança - retrocessão	3.347	107	3.454	796	-	796
Fronting - retrocessão	(868)	40.511	39.643	6.425	31.559	37.984
Latam - retrocessão	(7)	-	(7)	-	-	-
Ativos de contratos de resseguro e retrocessão	361.231	311.504	672.735	312.243	304.497	616.740

A Companhia apresenta abaixo a reconciliação dos saldos de abertura e fechamento do ativo e do passivo por cobertura remanescente (LRC) e do ativo e do passivo por sinistros ocorridos (LIC).

a.1 **Movimentação dos saldos de contratos de seguro e resseguro**

Passivo para cobertura remanescente	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Passivo para sinistros incorridos	Total	Passivo para cobertura remanescente	Passivo para sinistros incorridos	Total	
Excluindo componente de perda				Excluindo componente de perda		
Passivo de abertura	629.187	431.492	1.060.679	571.014	401.229	972.243
Saldo líquido de abertura	629.187	431.492	1.060.679	571.014	401.229	972.243
Reciclagem de seguro e resseguro aceito (*)	(654.349)	-	(654.349)	(610.797)	-	(610.797)

Reciclagem de seguro e resseguro aceito (*)	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Reciclagem de seguro e resseguro aceito (*)	Total	Reciclagem de seguro e resseguro aceito (*)	Total		
Reciclagem de seguro e resseguro aceito (*)	-	333.083	333.083	-	494.781	494.781
Outros ajustes	(332)	-	(332)	(2.193)	-	(2.193)
Amortização de fluxos de caixa da aquisição de seguro e resseguro aceito	178.335	-	178.335	142.420	-	142.420
Total resultado do serviço de seguro e resseguro aceito	(476.346)	333.083	(143.263)	(470.570)	494.781	24.211
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro e resseguro aceito	32.855	5.389	38.244	27.184	9.063	36.247
Efeitos via outros resultados abrangentes	(13.994)	(2.873)	(16.867)	8.456	996	9.452
Total das variações na DRE e DRA	(457.485)	335.599	(121.886)	(434.930)	504.840	69.910

Fluxos de caixa	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Prêmios recebidos	Fluxo de caixa para aquisição de seguro e resseguro aceito	Sinistros e outras despesas pagas	Prêmios recebidos	Fluxo de caixa para aquisição de seguro e resseguro aceito	Sinistros e outras despesas pagas
Prêmios recebidos	655.854	-	655.854	663.938	-	663.938
Fluxo de caixa para aquisição de seguro e resseguro aceito	(162.188)	-	(162.188)	(170.835)	-	(170.835)
Sinistros e outras despesas pagas	-	(323.252)	(323.252)	-	(462.382)	(462.382)
Total de fluxos de caixa	493.666	(323.252)	170.414	493.103	(462.382)	30.721
Transferência para outros itens do balanço patrimonial	-	(10.564)	(10.564)	-	(12.195)	(12.195)
Saldo líquido de fechamento	665.368	433.275	1.098.643	629.187	431.492	1.060.679
Passivo de fechamento	665.368	433.275	1.098.643	629.187	431.492	1.060.679

(*) A receita de seguro inclui o montante de R\$ 278 em 2023 de contratos sob a abordagem de transição valor justo.

a.2 Movimentação dos saldos de contratos de resseguro e retrocessão	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Ativo para cobertura remanescente	Ativo para sinistros incorridos	Total	Ativo para cobertura remanescente	Ativo para sinistros incorridos	Total
Excluindo componente de perda				Excluindo componente de perda		
Ativo de abertura	312.243	304.497	616.740	286.932	289.830	576.762
Saldo líquido de abertura	312.243	304.497	616.740	286.932	289.830	576.762
Alocação de prêmios de resseguro mantido e retrocessão (*)	(206.704)	-	(206.704)	(243.486)	-	(243.486)

Valores a recuperar junto à resseguradora e retrocessionárias	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Recuperação de sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	Total	Recuperação de sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	Total		
Recuperação de sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	-	192.964	192.964	-	358.695	358.695
Outros ajustes	-	-	-	892	-	892
Total resultado do serviço de resseguro mantido e retrocessão	(206.704)	192.964	(13.740)	(243.578)	358.695	116.101
Despesas financeiras líquidas de contratos de resseguro mantido e retrocessão	17.291	2.873	20.164	13.648	6.408	20.056
Efeitos via outros resultados abrangentes	(9.303)	(1.597)	(10.900)	3.068	676	3.744
Total das variações na DRE e DRA	(198.716)	194.240	(4.476)	(225.878)	365.779	139.901



Há mais de 30 anos garantindo negócios que movem o país.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO HOLDING BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 09.288.056/0001-68 Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197 - 3º andar | Curitiba/PR

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais)

b.1 Reconciliação dos componentes de mensuração dos saldos dos contratos de seguros e resseguros

Table with 10 columns: 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023. Rows include Passivo de abertura, Varição relacionada aos serviços atuais, CSM reconhecida para serviços prestados, etc.

b.2 Reconciliação dos componentes de mensuração dos saldos dos contratos de resseguros e retrocessão

Table with 10 columns: 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023. Rows include Ativo de abertura, Varição relacionada aos serviços atuais, CSM reconhecida para serviços recebidos, etc.

c. Efeitos no balanço patrimonial de contratos inicialmente reconhecidos no período

Table with 4 columns: 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023. Rows include Estimativas do valor presente das entradas de caixa, Fluxo de caixa para aquisição de seguro e resseguro aceito, etc.

d. Margem de serviço contratual (CSM)

As tabelas a seguir apresentam quando o Grupo espera reconhecer a CSM remanescente no resultado após a data de balanço para contratos de seguros e resseguros.

Table with 4 columns: 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023. Rows include Até 1 ano, De 1 a 2 anos, De 2 a 3 anos, De 3 a 4 anos, De 4 a 5 anos, Acima de 5 anos, Total.

Table with 4 columns: 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023. Rows include Até 1 ano, De 1 a 2 anos, De 2 a 3 anos, De 3 a 4 anos, De 4 a 5 anos, Acima de 5 anos, Total.

e. Desenvolvimento de sinistros

A tabela a seguir ilustra como as estimativas de sinistros acumulados se desenvolveram ao longo do tempo, bruto e líquido de resseguro e retrocessão. Cada tabela mostra como as estimativas de total de sinistros do Grupo, para cada ano de acidentes, se desenvolveram ao longo do tempo e concilia os sinistros cumulativos com o valor incluído no balanço patrimonial.

e.1 Bruto de resseguro e retrocessão

Table with 12 columns: 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, Total. Rows include Estimativa de sinistros acumulados brutos não descontados, No final de cada período, Após 1 ano, etc.

Table with 12 columns: 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, Total. Rows include Estimativa de sinistros acumulados líquidos não descontados, No final de cada período, Após 1 ano, etc.

e.2 Líquido de retrocessão

Table with 12 columns: 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, Total. Rows include Estimativa de sinistros acumulados líquidos descontados, No final de cada período, Após 1 ano, etc.



Há mais de 30 anos
garantindo negócios
que movem o país.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO HOLDING BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 09.288.056/0001-68

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197 - 3º andar | Curitiba/PR

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais)

c. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal próprio	(22.115)	(20.866)	(79.523)	(83.714)
Serviços de terceiros	(7.530)	(5.521)	(40.933)	(39.832)
Localização e funcionamento	(3.101)	(2.361)	(14.104)	(10.891)
Publicidade e propaganda	(232)	(42)	(788)	(1.320)
Despesas com publicações	(53)	(46)	(144)	(116)
Despesas com donativos e contribuições	(9)	(7)	(1.574)	(1.524)
Outras despesas administrativas	(266)	(147)	(3.173)	(2.626)
Total	(33.306)	(28.990)	(140.239)	(140.023)

O montante de R\$ 95.872 (R\$ 94.334 em 2023) das despesas administrativas do consolidado foram atribuídas a contratos de seguro, resseguro e retrocessão.

d. Despesa com tributos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Impostos municipais	(6)	(1)	(304)	(207)
Impostos federais	(52)	(24)	(6.952)	(6.536)
Taxa de fiscalização	-	-	(1.820)	(1.636)
Contribuições para a COFINS	(3.158)	(3.130)	(8.049)	(11.382)
Contribuições para o PIS	(678)	(661)	(1.473)	(2.002)
Total	(3.894)	(3.816)	(18.598)	(21.763)

O montante de R\$ (296) (R\$ 1.703 em 2023) das despesas com tributos do consolidado foram atribuídas a contratos de seguro, resseguro e retrocessão.

e. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de juros calculada por meio do método de juros efetivos				
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente			3.084	5.552
Varição líquida no Valor Justo dos ativos financeiros				
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado			(4.235)	10.332
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado			(29)	25
Outros resultados financeiros reconhecidos no resultado do exercício				
			154	65
Resultado financeiro líquido			(1.026)	15.974
Resultado no resultado do exercício			(997)	15.949
Resultado no resultado abrangente do exercício			(29)	25
			Consolidado	
			2024	2023

Receita de juros calculada por meio do método de juros efetivos

Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Varição líquida no Valor Justo dos ativos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Outros resultados financeiros reconhecidos no resultado do exercício

Passivos por Cobertura Remanescente

Efeito das taxas de juros na Margem contratual de serviço (CSM)

Efeito das taxas de juros na estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros

Efeito das taxas de juros no ajuste de risco para o risco não financeiro

Efeito das taxas de juros na estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros reconhecidas nos resultados abrangentes

Efeito das taxas de juros no ajuste de risco para o risco não financeiro reconhecidas nos resultados abrangentes

Passivos por Sinistros Incorridos

Efeito das taxas de juros na estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros

Efeito das taxas de juros no ajuste de risco para o risco não financeiro

Efeito das taxas de juros na estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros reconhecidas nos resultados abrangentes

Efeito das taxas de juros no ajuste de risco para o risco não financeiro reconhecidas nos resultados abrangentes

Resultado financeiro líquido das operações com seguro e resseguro aceito

Ativos de contratos de resseguro mantido e retrocessão

Ativos por Cobertura Remanescente

Efeito das taxas de juros na Margem contratual de serviço (CSM)

Efeito das taxas de juros na estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros

Efeito das taxas de juros no ajuste de risco para o risco não financeiro

Efeito das taxas de juros na estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros reconhecidas nos resultados abrangentes

Efeito das taxas de juros no ajuste de risco para o risco não financeiro reconhecidas nos resultados abrangentes

Resultado financeiro líquido das operações com resseguro mantido e retrocessão

Resultado financeiro líquido

Resultado no resultado do exercício

Resultado no resultado abrangente do exercício

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes dos impostos	106.537	101.763	150.837	133.351
Participações nos resultados (i)	3.991	3.355	12.374	11.991
Resultado antes dos impostos e participações	110.528	105.118	163.211	145.342
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Impostos a alíquota nominal	(37.579)	(35.741)	(55.491)	(49.416)
Equivalência patrimonial	38.448	31.527	-	-
Provisão para participações nos lucros	796	680	3.070	3.033
Efeito dos incentivos fiscais	-	44	1.055	1.109
Efeito sobre o pagamento de JCP, líquido	-	-	13.531	12.488

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adições/exclusões permanentes	(105)	(956)	900	203
Diferencial de alíquota (ii)	-	-	(7.556)	(5.771)
Recuperação de impostos de anos anteriores	-	1.008	1.970	3.563
Outros	(24)	-	(243)	(235)
Imposto de renda e contribuição social	1.536	(3.438)	(42.764)	(35.026)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(867)	(41.979)	(41.029)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.536	(2.571)	(785)	6.003
Alíquota efetiva	(1)%	3%	26%	24%

(i) Contabilmente registrado na rubrica de despesas administrativas.
(ii) Refere-se a diferença de alíquota entre a Controladora e suas subsidiárias conforme detalhado na nota explicativa 4 - Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos.

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
IRPJ/CSLL - Prejuízo Fiscal	-	296	-	296
Provisões trabalhistas	214	-	(201)	13
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	214	296	(201)	309
Total dos créditos tributários (i)	214	296	(201)	309
Controladora	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisões trabalhistas	231	-	(17)	214
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	231	-	(17)	214
Total dos créditos tributários (i)	231	-	(17)	214

c. Provisões trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	844	-	(194)	650
Provisão para ressarcimentos de sinistros e outros	950	46	-	996
Provisões trabalhistas	229	-	(216)	13
Provisões cíveis	86	-	(64)	22
Provisões fiscais	52	3	-	55
Títulos de renda variável - red. valor recuperável	-	198	-	198
Amortização vida útil x fiscal	-	267	-	267
Ajuste a valor de mercado - VJORA	-	515	-	515
IRPJ/CSLL - Prejuízo Fiscal	-	296	-	296
IR e CS sobre CPC 50	28.010	-	(4.485)	23.525
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	30.171	1.325	(4.959)	26.537
Total dos créditos tributários	30.171	1.325	(4.959)	26.537

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico.
c. Projeção de realização dos créditos tributários sobre as diferenças tributárias temporárias.

Ano	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
2025	10	3	6.010	3.605
2026	-	-	4.427	2.657
2027	63	233	3.187	2.107
2028	-	-	1.933	1.160
2029	-	-	870	522
2030	-	-	37	22
Total	73	236	16.464	10.073

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

d. Obrigações fiscais diferidas.

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Ajuste a valor de mercado - VJORA	(7.097)	-	1.440	(5.657)
Fundo de investimento de renda variável	(7.097)	-	1.440	(5.657)
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	(7.111)	-	1.450	(5.661)
Controladora	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Ajuste a valor de mercado - VJORA	(5)	(9)	-	(14)
Fundo de investimento de renda variável	(4.543)	(2.554)	-	(7.097)
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	(4.548)	(2.563)	-	(7.111)

Ajuste a valor de mercado - títulos VJORA

Fundo de investimento de renda variável

Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias

Ajuste a valor de mercado - títulos VJORA

Fundo de investimento de renda variável

Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias

Ajuste a valor de mercado - títulos VJORA

Fundo de investimento de renda variável

Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias

e. Resumo da movimentação dos impostos diferidos.

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2023
Ativo diferido	214	296	(201)	309
Passivo diferido	(7.111)	-	1.450	(5.661)
Total dos impostos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	(6.897)	296	1.249	(5.352)
Controladora	Saldo em 31/12/2022	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2023
Ativo diferido	232	-	(17)	214
Passivo diferido	(4.548)	(2.563)	-	(7.111)
Total dos impostos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	(4.317)	(2.563)	(17)	(6.897)

18 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Junta Holding Brasil S.A. possui transações com partes relacionadas conforme informações a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2023
Ativo diferido	30.171	1.325	(4.959)	26.537
Passivo diferido	(7.563)	-	1.440	(5.661)
Total dos impostos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	22.608	1.325	(3.519)	20.876
Controladora	Saldo em 31/12/2022	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2023
Ativo diferido	23.001	11.599	(4.459)	30.171
Passivo diferido	(4.548)	(3.015)	-	(7.563)
Total dos impostos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	18.453	8.584	(4.459)	22.608

A receber

Outros créditos a receber

Junto Controle de Riscos Ltda. - Controlada (i) 41 128

Junto Holding Latam S.A. - Ligada (i) 70 80

Junto Seguros S.A. - Controlada (i) 1.693 1.745

Junto Resseguros S.A. - Controlada (i) 428 377

JCP e Dividendos a receber

Junto Seguros S.A. - Controlada (i) 14.469 13.841

Junto Resseguros S.A. - Controlada (i) 19.358 17.379

Participações societárias

Junto Seguros S.A. - Controlada 271.674 255.373

Junto Resseguros S.A. - Controlada 371.985 335.870

Total 679.718 624.793

A pagar

Dividendos e JCP a pagar

Paraná Banco S.A. - Controladora 17.083 40.400

Travelers Brazil Acquisition LLC. - Controladora 16.744 39.600

Total 33.827 80.000

Resultado

Ressarcimento de despesas administrativas

Junto Holding Latam S/A - Ligada (i) 1.020 954

Junto Controle de Riscos Ltda. - Controlada (i) 383 341

Junto Seguros S.A. - Controlada (i) 24.385 20.165

Junto Resseguros S.A. - Controlada (i) 6.088 4.525

Despesas administrativas

Paraná Banco S.A. - Controladora (ii) (340) (108)

J.Malucelli Serviços de Tecnologia Ltda. (ii) (304) (782)

Fundo Paraná de Previd. Multipatrocina - Ligada (iv) (435) (219)

Taxa administrativa investimentos

4UM Gestão de Recursos Ltda. - Ligada (iii) (43) (63)

Total 30.754 24.813

(i) As transações com as controladas e ligadas, referem-se ao ressarcimento de custos de estrutura a qual compreende serviços administrativos comuns às suas subsidiárias, cujos principais objetivos destacam-se a eficiência operacional e redução de custos. O critério de alocação destes custos é determinado,

Há mais de 30 anos
garantindo negócios
que movem o país.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO HOLDING BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 09.288.056/0001-68

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197 - 3º andar | Curitiba/PR

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais)

- (i) Saldo bancário de conta corrente.
- (ii) As transações com as controladas e ligadas, referem-se ao ressarcimento de custos de estrutura à qual compreende serviços administrativos comuns às suas subsidiárias, cujos principais objetivos destacam-se a eficiência operacional e redução de custos. O critério de alocação destes custos é determinado, principalmente, pelo tempo alocado nas atividades realizadas pela controladora às suas subsidiárias.
- (iii) Referem-se a despesas compartilhadas com prestação de serviço de *Hosting e Colocation* de Data Center
- (iv) Referem-se as despesas com taxa de administração das carteiras de aplicações financeiras.
- (v) Referem-se as transações relacionadas ao convênio do plano de benefícios.
- (vi) Referem-se a despesas com alugueis.
- (vii) Contrato de Prestação de Serviço de Arquitetura de Interiores.
- (viii) Refere-se à cessão de resseguro facultativos de riscos emitidos pela Junto Seguros.
- (ix) Referem-se a despesas com prestação de serviços relacionados a comercialização de seguros.
- (x) Despesa com patrocínio de eventos externos e marketing.
- As operações entre as entidades incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas. As operações entre a Junto Resseguros S.A. e Junto Seguros S.A. eliminadas para fins de consolidação em 31 de dezembro de 2024, estão demonstradas no quadro abaixo:

Descrição	2024	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Ativo de contrato de resseguro	789.295	(215.788)
Passivo de contrato de resseguro	(789.295)	215.788
2023		
Descrição	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Ativo de contrato de resseguro	746.692	(175.761)
Passivo de contrato de resseguro	(746.692)	175.761
Remuneração dos administradores	As despesas com honorários de diretoria no montante de R\$ 2.843 em 31 de dezembro 2024 (R\$ 2.820 em 2023) estão registradas na rubrica "Despesas administrativas - pessoal próprio". Aos administradores também é destinado, a título de remuneração variável, que no período totalizou o montante de R\$ 2.244 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.841 em 2023).	
Remuneração dos administradores - Consolidado	As despesas com honorários de diretoria no montante de R\$ 7.424 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.855 em 2023) estão registradas na rubrica "Despesas administrativas - pessoal próprio". Aos administradores também é destinado, a título de remuneração variável, que no período totalizou o montante de R\$ 6.499 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.191 em 2023).	

19 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Plano de aposentadoria complementar

O Grupo é patrocinador de um plano de aposentadoria complementar na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização. O Grupo é responsável por efetuar contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão para colaboradores e diretores que aderiram ao Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e por custear as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, totalizaram R\$ 137 e no Consolidado totalizaram R\$ 388 nesta mesma data (R\$ 16 e R\$ 62 em 2023, respectivamente). As contribuições relativas à acumulação das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.

b. Instrumentos financeiros derivativos - Consolidado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Grupo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

c. Participação dos funcionários nos resultados

O Grupo possui programa de participação nos resultados para seus funcionários conforme previsto no "Acordo coletivo de trabalho específico sobre a participação dos empregados, nos Lucros e Resultados do Grupo Junto Seguros". Tais despesas são registradas no resultado do exercício na rubrica "Despesas administrativas - pessoal próprio". A participação dos funcionários na Controladora, em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$ 1.747 (R\$ 1.514 em 2023) e no Consolidado foi de R\$ 5.875 (R\$ 5.800 em 2023).

DIRETORIA

Roque Junior de Holanda Melo
Diretor PresidenteGuilherme Malucelli Gobbo
Diretor Vice-PresidenteElisa Francielli Marchi Prestes
Diretora FinanceiraDaniel Fernando Pavelec
Diretor de Pessoas e CulturaKarine Chaves Santos
Diretora de TecnologiaDiego Marins Massara
Diretor Jurídico e de Compliance

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Leonardo Deeke Boguszewski
PresidenteBryce Willian Grissom
Vice-PresidenteCristiano Malucelli
ConselheiroMaria Olivo
ConselheiraGuilherme Malucelli Gobbo
Conselheiro

CONTADOR

Hilário Mario Walesko - CRC/PR 29.585/O-9

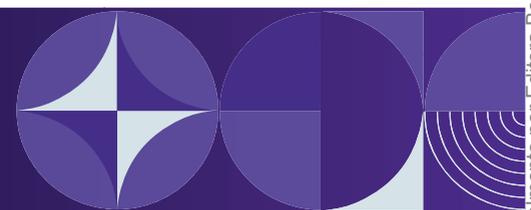
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da Junto Holding Brasil S.A. Curitiba - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Junto Holding Brasil S.A. ("Companhia") identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Junto Holding Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e**

da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos

entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. - Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-6 F° PRÉrika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0www.juntoseguros.comGrupo Junto reafirma sua
posição de protagonista do
mercado segurador e registra
lucro de R\$ 110 milhões
em 2024!Viabilizar negócios é a
NOSSA GARANTIAwww.juntoseguros.comwww.juntore.com



KLABIN PARANAGUÁ SPE S.A.

CNPJ nº 35.703.702/0001-16

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA					
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Lucro/prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.469	29.949	Fornecedores	8	3.450	3.878	Receita líquida de serviços	5	33.007	38.123
Partes relacionadas	5	313	4.537	Obrigação com poder concedente	7	3.072	1.747	Custo dos serviços prestados	11	(33.044)	(33.286)
Estoques		176	70	Passivos de arrendamentos	6	2.936	2.689	Lucro (prejuízo) bruto (Despesas)/receitas operacionais		(37)	4.837
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	2.203	1.910	Obrigações fiscais	14	312	854	Despesas administrativas		(2.086)	(1.904)
Tributos a recuperar	12	17	21	Obrigações sociais e trabalhistas		266	259	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(193)	398
Outros ativos		429	1.089	Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	13	634	634	Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos		(2.279)	(1.506)
Total do ativo circulante		40.607	37.576	Partes relacionadas	5	38	325	Receitas financeiras		3.427	3.380
Não circulante				Outros passivos	9	685	751	Despesas financeiras		(5.112)	(4.848)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	1.830	527	Total do passivo circulante		11.393	11.137	Resultado financeiro	10	(1.685)	(1.468)
Outros ativos		92	-	Não circulante				Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		(4.001)	1.863
Ativos de direito de uso	6	11.473	14.491	Passivos de arrendamentos	6	9.486	12.387	Correntes	13	-	(398)
Intangível	7	192.092	198.392	Obrigação com poder concedente	7	62.868	62.150	Diferidos	13	1.306	(225)
Total do ativo não circulante		205.487	213.410	Provisão do passivo atuarial	19	142	122	Imposto de renda e contribuição social		1.306	(623)
				Total do passivo não circulante		72.496	74.686	Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(2.695)	1.240
				Total do passivo		83.889	85.796				
				Patrimônio Líquido	15						
				Capital social		162.016	162.016				
				Reservas Legal		167	167				
				Reserva de investimento e capital de giro		98	3.088				
				Ajustes de avaliação patrimonial		(76)	(81)				
				Total do patrimônio líquido		162.205	165.190				
				Total do passivo e patrimônio líquido		246.094	250.986				
Total do ativo		246.094	250.986								

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de investimento e capital de giro	Prejuízo acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2022	162.016	105	-	1.987	-	164.108
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.240	1.240
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	(81)	-	(81)	(81)
Resultado abrangente total do exercício	162.016	105	(81)	1.987	1.240	165.267
Destinação do lucro do exercício:						
Constituição de reserva legal	-	62	-	-	(62)	-
(-) Dividendos pagos	-	-	-	(77)	(77)	(77)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	295	(295)	-
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	883	(883)	-
Em 31 de dezembro de 2023	162.016	167	(81)	3.088	-	165.190
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(2.695)	(2.695)
Absorção de prejuízos	-	-	-	(2.695)	2.695	-
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	5	-	5	5
(-) Dividendos pagos	-	-	-	(295)	(295)	(295)
Em 31 de dezembro de 2024	162.016	167	(76)	98	-	162.205

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Klabin Paranaguá SPE S.A. ("Paranaguá" ou "Companhia") foi constituída sob forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE) em 31 de outubro de 2019 com o objetivo único e exclusivo para a exploração do arrendamento das áreas do Porto Organizado de Paranaguá, denominada PAR01, para realização de atividades de recepção, movimentação, armazenagem e expedição até o costado, de carga geral, especialmente papel e celulose nos termos do Contrato de Arrendamento nº 02 de 2020 celebrado em 06 de maio de 2020 entre Klabin Paranaguá SPE S.A. e o Ministério da Infraestrutura com a Interveniência da Agência Nacional de Transporte Aquaviário - ANTAQ. O arrendamento decorreu do Leilão nº 3 de 2019 promovido pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário - ANTAQ cujo terreno com 27.530 m² foi recebida através do Termo de Aceitação Provisória e Permissão de Uso de Ativos referentes ao Contrato de Arrendamento nº 02/2020-ANTAQ, datado de 21 de junho de 2021. A área recebida, constituída de terreno, a partir do Termo de Aceitação Provisória tiveram suas principais obras finalizadas e onde foram implantadas as edificações e os equipamentos, estabelecidos no Plano Básico de Implantação, necessários ao desenvolvimento das atividades objeto do arrendamento com prazo contratual de 25 anos com possibilidades de prorrogações, em havendo interesse e manifestação expressa 60 meses antes do término, ficando a prorrogação a exclusivo critério do Poder Concedente e até o limite máximo de 70 anos a partir da vigência original. Considerando que os investimentos já realizados e estrutura

física permitem a operação e possibilitam ao Porto Organizado de Paranaguá atender a demanda de exportação de celulose da sua região de influência, a Klabin Paranaguá deu início às atividades objeto do contrato de arrendamento no mês de dezembro de 2022. O contrato de concessão tem prazo de 25 anos, com data final preestabelecida em 31 de junho de 2046. Localizado na zona primária do porto, o novo terminal atenderá o aumento dos volumes previstos na Klabin S.A., controladora integral da Companhia, para exportação de papel e celulose nas unidades da região, com capacidade estática de armazenamento de 60 mil t e movimentação mínima contratual exigida de 532,5 mil t anual. A iniciativa verticaliza a operação e permitirá o transporte dos produtos de exportação diretamente das unidades da Klabin S.A. para o terminal marítimo, integralmente por trajeto ferroviário, e com essa condição permitindo atingir índices de produtividade de excelência mundial e garantir alta competitividade. **1.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios

apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor de ativos e passivos. A diretoria financeira aprovou e autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 27 de março de 2025.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são materiais para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 2.2. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas próprias notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor de ativos e passivos, e o passivo atuarial é registrado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.1 Práticas contábeis materiais:** **2.1.1 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **2.1.2 Ativos e passivos não circulantes:** Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após 12 meses subsequentes à data-base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, se aplicável, até a data do balanço. **2.2 Estimativas e julgamentos contábeis materiais:** No registro das receitas e despesas do exercício e na elaboração das Demonstrações Financeiras, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas do exercício e outras transações. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração

é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das Demonstrações Financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do suporte formal de especialistas, quando aplicável. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais. Essas estimativas são revisadas periodicamente. Os itens materiais sujeitos ao julgamento estão relacionados com o apoio do acionista na condução dos planos de negócio até o equilíbrio financeiro do negócio e, em relação às estimativas, está o reconhecimento inicial dos passivos oriundos da obrigação com poder Concedente (passivo de arrendamento e correspondente ativo intangível direito de uso do ativo) decorrente de contrato de arrendamento ao valor justo, apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado (Nota 6). Os itens materiais sujeitos a essas estimativas ou julgamentos são:

Nota Explicativa	Estimativas e Julgamentos críticos
6	Períodos de contrato e taxa incremental de financiamento em contratos de arrendamento
7	Análise da recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis
7	Reconhecimento inicial do valor justo dos ativos intangíveis de concessão
13	Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Diretoria

Dayele Rodarte Fernandes Silva - Contadora - CRC SP317897/O-0

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://ri.klabin.com.br/>.

O relatório do auditor independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2025, sem modificações. Home - Klabin RI - Relações com Investidores.

Publicidade Legal
Edição Digital

WWW.BEMPARANA.COM.BR

As publicações foram realizadas e certificadas na data do cabeçalho da página

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do portal BEMPARANÁ com certificação digital reconhecida pelo ICP/ITI.

<https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/formato/digital/>



12. Investimentos
i) Composição dos saldos da controladora
Razão Social % Participação 2024 2023 Patrimônio líquido Resultado do exercício Equivalência patrimonial Valor do investimento

ii) Movimentação do investimento
Saldo em 31 de dezembro de 2022
Equivalência patrimonial
Distribuição dividendos
Outros (a)

iii) Resumo da investida
Participação no capital social
Total do ativo
Total dos passivos
Total do patrimônio líquido

13. Imobilizado
i) Composição do saldo (consolidado)
2024 2023
Custo Depreciação acumulada Líquido Líquido

ii) Movimentação do custo (consolidado)
Saldo em 31/12/2023 Movimentação em 2024 Saldo em 31/12/2024

iii) Movimentação da depreciação (consolidado)
Saldo em 31/12/2023 Movimentação em 2023 Saldo em 31/12/2023

Revisão das vidas úteis
As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - "Ativo imobilizado", sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

14. Intangível
i) Composição do saldo (consolidado)
2024 2023
Custo Amortização acumulada Líquido Líquido

ii) Movimentação do custo (consolidado)
Saldo em 31/12/2023 Movimentação em 2023 Saldo em 31/12/2023

iii) Movimentação da amortização (consolidado)
Saldo em 31/12/2023 Movimentação em 2023 Saldo em 31/12/2023

15. Arrendamento mercantil
O saldo é composto pelos seguintes valores:
Controladora Consolidado

16. Obrigações trabalhistas e previdenciárias
O saldo é composto dos seguintes valores:
Controladora Consolidado

17. Partes relacionadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía saldos ou transações com partes relacionadas. Essas transações foram realizadas de acordo com os termos e as condições celebradas entre as partes, levando em consideração a estrutura de custos e o fluxo de caixa das empresas do Grupo como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros não integrantes do Grupo.

Circulante
Locação de imóveis
Locação de veículos
Locação de equipamentos

Total passivo de arrendamento
i) Movimentação dos saldos ativos:
Controladora Consolidado

ii) Movimentação dos saldos passivos:
Passivo
Saldos em 1º de janeiro
Juros provisionados
Juros pagos

Encargos de depreciação dos ativos de direito de uso
Locação de imóveis
Locação de veículos
Locação de equipamentos

16. Fornecedores
O saldo é composto pelos seguintes valores:
Controladora Consolidado

Moeda Natureza Taxa (ao mês)
Real Leasing 1,24%-1,71%
Real BRDE 4% - 7%

(i) A Companhia realizou a avaliação do valor presente dos fluxos de pagamentos projetados até o final de 2028, utilizando como taxa de desconto o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de cada empresa. Para a VELSIS, a taxa de desconto aplicada foi de 16,28%. Para a VISI, a taxa de desconto aplicada foi de 15,22%.

2026
2027
2028
Total

(a) Reestruturação financeira e alongamento das dívidas
A reestruturação financeira aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia (Ata nº 138 de 23 de fevereiro de 2022) tem como estratégia buscar o equilíbrio entre o fluxo de investimento e o fluxo operacional, essencialmente pelo alongamento da dívida (empréstimos e financiamentos).

(b) possibilidade de sindicalização da dívida; (c) renegociação individual/coletiva para alongamento da dívida; e (f) alternativa de capital próprio.

Produto
Leasing
BRDE
Recuperação Extrajudicial
(-) Ajuste à valor presente

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a controladora Velsis encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais desses empréstimos e financiamentos e do plano de reestruturação da dívida.

Salários
Pró-labore a pagar
Encargos sociais
Provisão de férias e 13º Salário
Outros

19. Partes relacionadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía saldos ou transações com partes relacionadas. Essas transações foram realizadas de acordo com os termos e as condições celebradas entre as partes, levando em consideração a estrutura de custos e o fluxo de caixa das empresas do Grupo como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros não integrantes do Grupo.

Controladora
Velsis Sistemas e Tecnologia
Vária S/A (i)
Subtotal
Consolidado
Créditos e débitos com parceiros em consórcios e SCPs (ii)
Adiantamento de dividendos (iii)
Venda de ativo imobilizado a receber (iv)
Subtotal

(i) O montante a receber da Velsis Participações S.A refere-se a mútuo junto a esta Companhia para o qual foi deliberado em 19 de dezembro de 2024 através da 13ª ata do Conselho de Administração que a alternativa econômico-financeira para liquidação deverá convergir com o encerramento do plano de Recuperação Extrajudicial em 2028;

(ii) Valores referentes aos créditos e débitos provenientes de operações e reembolsos de despesas junto aos parceiros em consórcios e SCPs;
(iii) Valores referentes às antecipações efetuadas aos sócios das SCPs;
(iv) A Controlada Velsis Sistemas e Tecnologia Vária S/A efetuou a venda de equipamentos eletrônicos para empresas que participam de consórcio em conjunto definidas em condições contratuais;
(v) Participação em operações de consórcios, conforme Nota Explicativa nº 11;

(i) Remuneração do pessoal-chave da administração
O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a título de benefícios mais impostos de curto prazo foram de R\$ 1.163 (R\$1.193 em 31 de dezembro de 2023).

20. Provisão para contingências
A Companhia possui ações judiciais ou processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões tributárias, aspectos civis, fiscais e trabalhistas.
Em 31 de dezembro de 2024, com base em informações de seus assessores jurídicos, na controlada Velsis, foi constituída uma provisão no montante de R\$ 1.509. A variação expressiva do ano anterior deve-se a alteração da classificação de um processo cível de possível para provável ao longo do exercício de 2023. O saldo de depósito judicial vinculado ao andamento totalizam R\$ 264 (R\$ 532 para 2023).

21. Outras contas a pagar
Controladora Consolidado
31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023

(i) Conforme explicado na Nota Explicativa nº 1, se refere ao saldo que a Velsis Participações Societárias S/A tem a pagar decorrente da dívida após negociações com o antigo titular Holland Investimentos e Participações Ltda. O saldo a pagar de 31 de dezembro de 2021 corresponde a parcela fixa e o contrato prevê parcela variável correspondente à multiplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - "IPCA/IBGE".

(ii) Cessão da Propriedade Fiduciária plena da totalidade das ações negociadas; (iii) Penhor Mercantil pela Velsis Indústria e Comércio S.A.; (iv) Cessão da Propriedade Fiduciária de determinados Direitos Creditórios da Velsis Participações Societárias S.A. e de suas afiliadas; e (v) A prestação de aval pela Velsis Indústria e Comércio S.A., em caráter subsidiário, em relação às obrigações.

Em 27 de novembro de 2020, a Holland Investimentos e Participações Ltda. cedeu para duas pessoas físicas a totalidade de seus créditos contra a Velsis Participações Societárias S.A., com aval de Velsis Indústria e Comércio S.A., mediante termo aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações firmado na mesma data.

Em 31 de março de 2022, ocorreu a 7ª Reunião do Conselho de Administração onde os órgãos da Administração autorizaram o pedido de prorrogação da dívida - plano de repasseamento da dívida - nos termos da Lei nº 11.101/2005 e alterações promulgadas subsequentemente, junto aos credores financeiros, isto é, bancos e fundos de investimento. A Companhia entrou com o pedido em 28 de abril de 2022 e teve seu pedido aceito pelo judiciário em 02 de maio de 2022. O plano foi homologado em 05 de dezembro de 2022 conforme Autos nº 0003055-96.2022.8.16.0185 e em trâmite perante o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba e contempla todos os credores participantes da Velsis Participações S/A, Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A., Velsis Indústria e Comércio S.A. e V.Tech Tecnologia e Sistemas Ltda.

O pagamento de juros e amortizações relativos a esses credores ficaram suspensos entre a data do pedido e 30 de novembro de 2022.
As condições do Plano homologado são lineares para todos os credores, considera novo prazo de 66 parcelas, carência de seis meses para pagamento do principal, sendo a primeira parcela em julho de 2023, e taxa de juros de CDI ou 0,99%. Os pagamentos foram realizados conforme cronograma até 31 de dezembro de 2024.

O saldo a pagar de R\$ 18.629 (R\$ 23.289 em 31 de dezembro 2023) foi novado nos termos do plano de recuperação extrajudicial e as garantias alteradas, o montante registrado corresponde ao homologado pelo assistente de juízo nomeado no processo. O plano se encontra produzindo efeitos regulares e em 29 de maio de 2023 foram julgados improcedentes os embargos de declaração interpostos pelos credores desta dívida, os quais questionam as garantias reais da dívida anterior, que em 2022 aguardavam apreciação e totalizam R\$ 110.

Em 2022, os assessores jurídicos classificaram a estimativa do eventual êxito de recurso como perda remota. O cronograma de pagamentos do preço prevê desembolsos mensais entre 2023 e 2028 (já quitados 2023 e 2024) e os valores em aberto de 2025 a 2028 serão efetuados conforme demonstrado a seguir:

22. Patrimônio líquido
i) Capital social
O capital social da Companhia é de R\$ 48.027, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 12.038.625 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Não houve movimentação com relação ao período anterior.

ii) Reserva legal
E constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em razão do lucro do exercício foi constituída reserva legal para 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 840 (R\$ 322 em 31 de dezembro de 2023).



sementeira Geral Ordinária de 25 de abril de 2024 pela distribuição de dividendos no valor de R\$2.500, a serem pagos até 31.05.2024, de forma proporcional a participação societária detida por acionista na Companhia. iv) Reserva de lucros a realizar O saldo de lucros não realizados permanecerá na reserva de lucros a realizar, conforme Art. nº 197, §1, inciso I da Lei nº 6.404/76.

Table with 4 columns: Controladora (31/12/2024, 31/12/2023), Consolidado (31/12/2024, 31/12/2023). Rows include Mercado interno, Mercado externo, Receita operacional bruta, Deduções da receita, and Total (142.689, 145.676).

(a) As deduções referem-se principalmente aos impostos sobre vendas. 24. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia possui a seguinte composição:

Table with 4 columns: Controladora (31/12/2024, 31/12/2023), Consolidado (31/12/2024, 31/12/2023). Rows include Custos dos produtos vendidos, Custos dos serviços prestados, Salários e encargos sociais, and Total (84.777, 83.174).

Table with 4 columns: Controladora (31/12/2024, 31/12/2023), Consolidado (31/12/2024, 31/12/2023). Rows include Depreciação e amortização, 26. Outras receitas (despesas) operacionais, Resultado no encerramento de operação, and Total (1.113, 89, 3.943, 5.864).

(i) Trata-se dos saldos remanescentes de operações com parceiros que foram encerradas ao longo do exercício, tais como consórcio VMR, Rodando Legal, SV, Velsis Suprema e a Sucursal na Colômbia; (ii) Os créditos extemporâneos referem-se a créditos de Pis, Cofins, ICMS provenientes, basicamente, de prestação de serviços e aquisição de materiais vinculados diretamente às operações da Companhia;

Table with 4 columns: Controladora (31/12/2024, 31/12/2023), Consolidado (31/12/2024, 31/12/2023). Rows include 27. Resultado financeiro, 28. Instrumentos financeiros, 29. Resultados financeiros, and Total (3.199, 3.223, 12.506, 23.297).

28. Instrumentos financeiros A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Contas a receber e fornecedores Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação dessas operações.

Gerenciamento dos riscos financeiros Visão geral A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito O risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes.

Risco de liquidez O risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Table with 4 columns: Controladora (31/12/2024, 31/12/2023), Consolidado (31/12/2024, 31/12/2023). Rows include Resultado básico por ação, Numerador, Denominador (em milhares de ações), Total (12.039, 12.039, 12.039, 12.039).

31. Gestão de capital Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Table with 4 columns: Controladora (31/12/2024, 31/12/2023), Consolidado (31/12/2024, 31/12/2023). Rows include Total do patrimônio líquido (46.425, 32.946), Total do capital (64.558, 47.175), Índice de alavancagem financeira - % (28%, 30%).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Velsis Participações Societárias S.A. Curitiba - PR Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Velsis Participações Societárias S/A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

por nós, e emitimos relatório em 17 de abril de 2024 contendo parágrafos de outros assuntos relacionado ao capital circulante líquido negativo da controladora, devido ao mesmo motivo mencionado no parágrafo de ênfase deste relatório. Auditoria da empresa controlada As demonstrações financeiras da controlada Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por nós e emitimos relatório sem modificação em 06 de março de 2025.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Table with 4 columns: Nome, Cargo, Assinatura, Data. Rows include Guilherme Guimarães Araújo (Diretor Presidente), Arthur Sá de Villemor Negri (Diretor Executivo), Luiz Carlos Valle Ramos (Diretor Financeiro), Daniella Wolff Cordeiro Stinglin (Contadora - CRC PR 046954/O-8).

PASA - PARANÁ OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A. CNPJ nº 02.725.300/0001-63 - NIRE 41.300.016.348 EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Ficam as acionistas da Pasa - Paraná Operações Portuárias S.A. convocadas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizarem-se presencialmente no dia 28 de abril de 2025, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, na Avenida Bento Rocha, nº 67, Dom Pedrito II, CEP 83.221-565, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

PUBLICIDADE LEGAL 3350.6620 WWW.BEMPARANA.COM.BR/PUBLICIDADE_LEGAL BEM PARANÁ O JORNAL DO ESTADO



Table with columns: Depreciações, Saldo em 2023, Adições, Saldo em 2024. Rows include Edifícios e instalações, Equipamentos, Total.

Table with columns: Custos, Saldo em 2023, Adições, Baixas, Saldo em 2024. Rows include Terrenos, Edifícios e instalações, Equipamentos, Veículos, Móveis e utensílios, Total.

Table with columns: Depreciações, Saldo em 2023, Adições, Baixas, Saldo em 2024. Rows include Edifícios e instalações, Equipamentos, Veículos, Móveis e utensílios, Total.

A reestimativa da vida útil dos bens (CPC 27) não foi realizada em função da Administração entender que os eventuais efeitos no cálculo da depreciação não seriam significativos.

NOTA 13. FORNECEDORES

Table with columns: Contas, Controladora, Consolidado. Rows include Ford Motor - Floor Plan, Ford Motor - Peças, Outros, Total.

A composição dos títulos a pagar por idade de vencimento está demonstrada no quadro a seguir:

Table with columns: Vencimento, Controladora, Consolidado. Rows include A vencer, Vencidos a mais de 360 dias, Total.

NOTA 14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Table with columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Iss a pagar, Pis a pagar, Cofins a pagar, Irtj a pagar, Inss a pagar, Fgts a pagar, Impostos retidos, Irt s/ juros s/ Capital, Total.

NOTA 15. PROVISÃO PARA PERDAS

A Sociedade é parte em processos em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela Administração...

Table with columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Contingências cíveis, Total.

A Administração da Sociedade e seus assessores jurídicos entendem que não existem outras provisões para perdas que deveriam ser registradas em 31 de dezembro de 2024.

A Sociedade é, ainda, parte em processos em andamento, classificados como risco possível pelos seus consultores jurídicos externos, para os quais não é exigida a constituição de provisão para perdas.

NOTA 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social O capital social é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dividido em 84.654.429 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e nove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal...

b. Reserva legal A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

c. Reserva para futuros investimentos Representada pelos lucros remanescentes (lucro após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos) e sua deliberação será realizada na Assembleia Geral Ordinária a qual ocorrerá dentro dos limites legais e após a publicação das demonstrações financeiras.

d. Dividendos propostos De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em Lei, conforme abaixo:

Table with columns: Descrição, 2024. Rows include Lucro do exercício, Reserva legal, Lucro após reserva, Dividendos mínimos obrigatórios - 25%.

e. Ações em tesouraria Por meio do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações de 10 de abril de 2024, a Companhia comprou a totalidade das ações que o acionista Newton Slaviero Júnior possuía, que correspondiam a 3,1951% de sua participação...

NOTA 17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Table with columns: Receita bruta, Controladora, Consolidado. Rows include Veículos novos, Veículos seminovos, Peças, Serviços, Comissões, Aluguéis de imóveis, Equivalência patrimonial, Total da receita bruta.

Table with columns: Deduções da receita bruta, Controladora, Consolidado. Rows include Devoluções, Icms, Pis, Cofins, Iss, Total das deduções da receita bruta.

Table with columns: Receita líquida de vendas, Controladora, Consolidado. Rows include 2024, 2023, Total.

NOTA 18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Table with columns: Receitas e Despesas, Controladora, Consolidado. Rows include Venda/baixa de ativo imobilizado, Receitas diversas, Reversão da provisão para perdas em processos, Acordos trabalhistas, Provisão para perdas em processos, Créditos fiscais, Outras rendas, Total.

NOTA 19. RESULTADO FINANCEIRO

Table with columns: Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido, Controladora, Consolidado. Rows include Descontos obtidos, Juros recebidos, Rendimentos de aplicações financeiras, Juros sobre o capital próprio, Variação monetária ativa, Cashback, Total das receitas financeiras, Encargos financeiros Floor Plan, Descontos concedidos, Variação monetária passiva, Juros e despesas bancárias, Juros sobre o capital próprio, Juros e multas fiscais, Total das despesas financeiras, Resultado financeiro líquido.

Table with columns: Despesas financeiras, Controladora, Consolidado. Rows include Encargos financeiros Floor Plan, Descontos concedidos, Variação monetária passiva, Juros e despesas bancárias, Juros sobre o capital próprio, Juros e multas fiscais, Total das despesas financeiras, Resultado financeiro líquido.

Table with columns: Resultado financeiro líquido, Controladora, Consolidado. Rows include 2024, 2023, Total.

NOTA 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Table with columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Imposto de renda, Contribuição social sobre o lucro, Valores devidos.

Table with columns: Lucro presumido, Descrição, 2024. Rows include Receita bruta, Alíquota de presunção, Base de cálculo, Demais receitas, Base de cálculo total, Alíquota, Valor do imposto.

Table with columns: Lucro Real, Descrição, 2023. Rows include Lucro antes dos impostos, (+) Adições, (-) Exclusões, Base de cálculo, Alíquota, Valor do imposto.

NOTA 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo.

Table with columns: Ativos financeiros, Passivos financeiros, Controladora, Consolidado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Partes relacionadas, Total dos ativos financeiros, Fornecedores, Adiantamento de clientes, Partes relacionadas, Total dos passivos financeiros.

A Companhia não possui nenhuma transação em aberto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, envolvendo instrumentos financeiros complexos (derivativos). As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas...

NOTA 22. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém contratos de cobertura de seguros em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, levando em conta a natureza e o grau de risco.

Table with columns: Bens segurados, Data de vigência, Controladora, Consolidado. Rows include Edifícios, Veículos, Prédio / conteúdo.

NOTA 23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os cálculos e recolhimentos de impostos, contribuições sociais e encargos previdenciários devidos pela Companhia estão sujeitos à revisão pelos órgãos responsáveis por sua fiscalização dentro dos prazos legais de prescrição.

NOTA 24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Companhia em 25 de março de 2025, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.

DIRETORIA

Nelson Luis Slaviero, Cláudio Gomes Slaviero, Sergio Slaviero, Flavio Cesar Slaviero Pinheiro, Josiliane Slaviero, Cristina Frare Slaviero Stempliuk, Maria Estela Slaviero e Bernardo Guerios. Ricardo Bertucci - Contador - CRC-PR nº. 45.801/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Cia de Investimentos Slaviero

Opinião Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cia. de Investimentos Slaviero, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. de Investimentos Slaviero em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: 1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba-PR, 25 de março de 2025. MAZETO E FREITAS AUDITORES SS Auditores Independentes CRC PR 004.603/O-6 Jorge Luiz Mazeto Contador CRC PR 029.912/O-4 Luciane Jacoski Contador CRC PR 056.667/O-3

Advertisement for Bem Paraná newspaper featuring a laptop, smartphone, and tablet displaying news articles. Headlines include 'Casos de câncer entre homens avançam 67% em nove anos no PR' and 'Quase metade dos curitibanos diz o Ministério da Saúde'. The logo 'BEM PARANÁ' is prominent, along with the slogan 'Informação vai bem.' and the website 'bemparana.com.br'.



Continuação

Mobilize
FINANCIAL SERVICES

BANCO RCI BRASIL S.A.

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízo) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	985.225	89.506	295.167	56.454	-	1.426.352
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(109.506)	-	(109.506)
Lucro Líquido	-	-	-	-	166.025	166.025
Destinações:						
Reserva Legal	-	8.301	-	-	(8.301)	-
Dividendos	-	-	(118.111)	-	-	(118.111)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(91.200)	(91.200)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	66.524	-	(66.524)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	985.225	97.807	243.581	(53.052)	-	1.273.561
Saldos em 31 de dezembro de 2023	985.225	97.807	243.581	(53.052)	-	1.273.561
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	215.889	-	215.889
Lucro Líquido	-	-	-	-	239.839	239.839
Destinações:						
Reserva Legal	-	11.992	-	-	(11.992)	-
Dividendos	-	-	(116.524)	-	-	(116.524)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(87.700)	(87.700)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	140.147	-	(140.147)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	985.225	109.799	267.205	162.837	-	1.525.066
Saldos em 30 de junho de 2024	985.225	102.604	268.193	24.732	-	1.380.754
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	138.105	-	138.105
Lucro Líquido	-	-	-	-	143.907	143.907
Destinações:						
Reserva Legal	-	7.195	-	-	(7.195)	-
Dividendos	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(87.700)	(87.700)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	49.012	-	(49.012)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	985.225	109.799	267.205	162.837	-	1.525.066

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a	01/01 a	01/01 a		Nota	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	Explicativa	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023		Explicativa	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira		949.713	1.909.020	1.971.647	Distribuição do Valor Adicionado				
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		52.467	97.919	83.533	Pessoal		23.563	10%	45.149
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(66.608)	(139.988)	(169.363)	Remuneração		18.198	34.454	33.753
Outras Receitas (Despesas)		(32.622)	(73.614)	(57.610)	Benefícios		3.527	6.907	7.758
Despesas da Intermediação Financeira		(571.783)	(1.163.709)	(1.325.619)	FGTS		1.325	2.535	2.451
Insumos de Terceiros		(96.643)	(176.839)	(178.161)	Outras		513	1.253	1.882
Serviços de Terceiros		(33.002)	(67.965)	(58.227)	Impostos, Taxas e Contribuições		65.769	28%	165.279
Outros		(63.641)	(108.874)	(119.934)	Federais		63.111	160.284	106.952
Valor Adicionado Bruto		234.524	452.789	324.427	Municipais		2.658	4.995	3.435
Retenções:					Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		434	895	853
Depreciações e Amortizações		(851)	(1.627)	(1.318)	Remuneração de Capitais Próprios		143.907	62%	239.839
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		233.673	451.162	323.109	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		87.700	87.700	91.200
					Reinvestimentos de Lucros		56.207	152.139	74.825
					Total		233.673	100%	451.162

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional
O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 1º andar - Conjunto 101 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.
O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na reunião realizada em 27 de março de 2025.
b) Novas normas emitidas com vigência futura
As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Banco RCI Brasil, entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
I - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas
A Resolução CMN nº 4.966/2021, com as atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/2023 e demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. As principais mudanças referem-se à classificação de instrumentos financeiros; ao reconhecimento de juros em caso de atraso; ao reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; à baixa a prejuízo e; ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada e classificação das operações com problemas de crédito.
A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.
Os principais impactos estimados (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas são:
1. Efeitos da alteração de categorias - refletem os impactos da remensuração decorrentes de reclassificação entre as categorias, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021:
I - As reclassificações não geraram necessidade de remensuração dos títulos, ou seja, nos seus valores.
2. Efeitos esperados da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021) - O Banco RCI Brasil estima um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 114 milhões (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 56,3% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024), que inclui provisão mínima requerida. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros:
I - A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro;
II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros.
III - Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso. O efeito da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 63 milhões, após os efeitos tributários.
3. Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplimento.
A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês. Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na Nota 9.b.2.

4. Demais mudanças na adoção inicial como a aplicação da taxa efetiva de juros e a remensuração de ativos financeiros que estavam em stop accrual em 31 de dezembro de 2024 não terão impactos, pois sua aplicação será prospectiva.
II - Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023
Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025.
A contabilidade de arrendador permanece semelhante ao padrão atual, classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais, logo, a adoção da nova norma não irá trazer impactos significativos nas demonstrações financeiras de 2025, tendo em vista que a Companhia não possui operações de arrendamento na qualidade de arrendatário e com relação as operações na qualidade de arrendador mercantil financeiro, não houve variações significativas em saldos no balanço patrimonial e demonstração de resultado, pois os conceitos oriundos da Resolução CMN nº 4.975/21 já estavam alinhados com o modelo do IFRS, uma vez que nesse sentido, as operações de arrendamento financeiro serão reconhecidas pelo valor presente das contraprestações a receber e o bem objeto do arrendamento deixará de ser registrado no ativo do arrendador.
III - Resolução CMN nº 5.185/2024
Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade - CBPS quanto a divulgação como parte integrante das demonstrações financeiras, o relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade - CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2026. O Banco RCI Brasil está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.
b) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.
d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.
f) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - Títulos para negociação;
II - Títulos disponíveis para venda; e
III - Títulos mantidos até o vencimento.
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:
(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.
g) Instrumentos Financeiros Derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.
Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:
I - "Hedge" de risco de mercado; e
II - "Hedge" de fluxo de caixa.
Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:
(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Paraná Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br>:443 e utilize o código 0C1A-4E9C-068B-8133.

Continua...



Continuação

Mobilize
FINANCIAL SERVICES**BANCO RCI BRASIL S.A.**

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado⁽³⁾ Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2023, cujo pagamento foi efetuado em fevereiro de 2024.⁽⁴⁾ Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2022, cujo pagamento foi efetuado em maio de 2023.**c) Reservas Estatutárias**

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

18. Partes Relacionadas**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano foi fixado o valor máximo de R\$5.774 (2023 R\$5.774). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração Fixa	1.787	2.158
Remuneração Variável	371	621
Total	2.158	2.779

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$469 (31/12/2023 R\$740).

b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange os artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/2018, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira possua participação societária qualificada;
- Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Abaixo estão demonstrados as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração e demais partes relacionadas:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	3.825	8.541	-	-
Banco Santander ⁽²⁾	3.825	8.541	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	50.000	54.024	12.874	19.831
Banco Santander ⁽²⁾	50.000	54.024	12.874	19.831
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	2.408.514	2.079.871	212.618	213.883
FIDC Venda de Veículos ⁽⁶⁾	2.408.514	2.079.871	212.618	213.883
Operações de Crédito	2.562	3.124	23.134	36.417
Renault do Brasil S.A. ⁽³⁾	337	636	3.114	8.541
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽³⁾	1.135	985	10.712	11.052
Nissan do Brasil S.A. ⁽³⁾	1.090	1.503	9.308	16.824
Valores a Receber de Sociedades Ligadas⁽⁷⁾	79.258	49.543	301.913	199.694
Renault do Brasil S.A. ⁽³⁾	62.173	30.187	123.629	104.112
Nissan do Brasil S.A. ⁽³⁾	17.066	19.332	177.511	94.677
FIDC Venda de Veículos ⁽⁶⁾	-	-	342	403
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ⁽⁵⁾	19	24	431	502
Depósitos Interfinanceiros	(2.118.069)	(2.139.542)	(225.698)	(308.076)
Banco Santander ⁽²⁾	(2.118.069)	(2.139.542)	(225.698)	(308.076)
Recursos de Aceites Cambiais	(300.094)	(163.367)	(22.115)	(14.439)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. ⁽⁵⁾	(20.761)	(33.044)	(3.868)	(4.126)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. ⁽⁵⁾	(272.291)	(125.612)	(17.292)	(8.722)
Renault do Brasil S.A. ⁽³⁾	(5.360)	-	(360)	-
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ⁽⁵⁾	(1.682)	(4.711)	(595)	(1.591)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(96.587)	(111.993)	(64.402)	(60.832)
Banco Santander ⁽²⁾	(9.737)	(30.923)	(9.670)	(9.433)
RCI Banque ⁽¹⁾⁽²⁾	(5.086)	(46.597)	(940)	(934)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽¹⁾⁽⁴⁾	(1.999)	(2.732)	(12.718)	(16.411)
Nissan do Brasil S.A. ⁽³⁾	(19.765)	(31.741)	(41.074)	(34.054)
Outras Obrigações - Diversas	(57)	(55)	(2.858)	(3.423)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(2.158)	(2.779)
Renault do Brasil S.A. ⁽³⁾	(38)	(21)	(320)	(249)
Nissan do Brasil S.A. ⁽³⁾	(19)	(34)	(380)	(395)

⁽¹⁾ As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.⁽²⁾ Controladores da Companhia (Nota 17.b).**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente	Suplente do Presidente do Conselho
Martin Thomas	Rosano Ouriques

Conselheiros Efetivos

Cezar Augusto Janikian	Eduardo Alvarez Garrido	Emilio López Andrés	José Luis Medina Del Río	Vincent Gellé
------------------------	-------------------------	---------------------	--------------------------	---------------

Conselheiros Suplentes

Carlos Alberto Janz Junior	Maick Felisberto Dias	Mauricio Silveira Pinto	Ricardo Olivare de Magalhães	Paulo Sérgio Duailibi
----------------------------	-----------------------	-------------------------	------------------------------	-----------------------

DIRETORIA

Diretor Presidente	Diretor de Relações Institucionais	Diretor Administrativo Financeiro	Diretor de Risco
José Luis Medina Del Río	Cezar Augusto Janikian	Rosano Ouriques	Carlos Alberto Janz Junior

CONTADORA

Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP - 256989/0-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente	Diretor Administrativo Financeiro	Diretor de Risco	Diretor de Relações Institucionais
José Luis Medina Del Río	Rosano Ouriques	Carlos Alberto Janz Junior	Cezar Augusto Janikian

Curitiba, 27 de março de 2025

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sobre as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente	Diretor Administrativo Financeiro	Diretor de Risco	Diretor de Relações Institucionais
José Luis Medina Del Río	Rosano Ouriques	Carlos Alberto Janz Junior	Cezar Augusto Janikian

Curitiba, 27 de março de 2025

Continua...



Continuação

Mobilize
FINANCIAL SERVICES**BANCO RCI BRASIL S.A.**

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAISAo Conselho de Administração e as Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Veja a Nota nº 3.i e 8 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.i e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações de crédito, em nove níveis de risco. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de diversas premissas (internas e externas) para determinação do rating, incluindo inadimplência dos clientes e garantia das operações, cenário econômico, setor de atividade econômica e demais fatores definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda, envolvem premissas e julgamento baseados em suas metodologias internas de classificação de risco e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito registrada representa a melhor estimativa do Banco. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e também devido à complexidade dos métodos e premissas utilizados e ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a: <ul style="list-style-type: none"> • Teste do desenho e efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco relacionados aos processos de apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando: aprovação e registro das operações de crédito, classificação e atualização dos ratings dos clientes e operações que são base para a apuração da provisão. • Recálculo aritmético e avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e • Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3.i e 8, considerando as informações relevantes das normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 27 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC PR-007945/F-7
Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP-252418/O-3

Reservas: (41) 3350-6620

OS INVESTIDORES ESTÃO DE OLHO NOS SEUS GASTOS. ATÉ MESMO O GASTO COM ESTE ANUNCIO.

- melhor custo/benefício
- busca/entrega do material
- produção da arte do material

BEM PARANÁ

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/0C1A-4E9C-068B-8133> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0C1A-4E9C-068B-8133



Hash do Documento

214009869A5F3F1740B2AE5040ED8FF7D2A659578B177D20F9990271E1691EEF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2025 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 76.637.305/0001-70 em 28/03/2025 12:01 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70

